

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO**

MARIA ROSA RISKALLA JAKOBI

**PROPOSTA DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS
PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

CURITIBA

2012

MARIA ROSA RISKALLA JAKOBI

**PROPOSTA DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS
PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

**Artigo apresentado à Especialização em
Medicina do Trabalho, do Departamento
de Saúde Comunitária da Universidade
Federal do Paraná, como requisito
parcial à conclusão do Curso.**

Orientador: Dr. Paulo Rogério Arnt

CURITIBA

2012

PROPOSTA DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Maria Rosa Riskalla Jakobi - Médica¹
Programa de Pós Graduação em Medicina do Trabalho - UFPR
Formada pela UFPR em 1980

RESUMO - Esse estudo trata da saúde ocupacional do professor face às situações de violência escolar a que está sujeito nos dias atuais. Esteja ele lecionando nas escolas públicas ou privadas, no ensino médio, fundamental ou superior, em menor ou maior grau, o professor está submetido a vários fatores que comprometem sua saúde física e mental. Por tratar-se de uma categoria profissional importante para a sociedade, a preocupação em descobrir realmente como está a saúde e a qualidade de vida do professor, nos dias atuais, surgiu. Com a finalidade de alcançar esse objetivo elaborou-se o Protocolo de levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar contendo entrevistas dirigidas que posteriormente deverão ser utilizadas por pesquisadores para inferir as condições de saúde dos professores participantes. Entrementes, por revisão de literatura, discorreu-se sobre alguns assuntos pertinentes e importantes para corroborar e assim justificar a necessidade de se prestar atenção à saúde dessa importante categoria profissional. Assim, apresentou-se um panorama sobre a violência escolar seguida da contextualização acerca da saúde ocupacional. Na sequência, apresentou-se breves considerações acerca das implicações médico-legais e previdenciárias das doenças relacionadas ao trabalho e por fim elaborou-se o levantamento da saúde ocupacional dos professores face à violência escolar pelo Protocolo. Esse trabalho tem como prioridade apresentar os vários documentos que compõe o Protocolo cuja finalidade é tornar-se uma ferramenta eficaz que possa auxiliar na promoção da saúde e proteger a integridade do professor no local de trabalho.

Palavras-chave: Professor. Violência. Escola. Saúde Ocupacional. Medicina do Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹ mrjakobi@terra.com.br

Essa proposta que tem por objetivo o levantamento de saúde ocupacional dos professores seria uma das formas de abordar o direito à segurança, a qual essa categoria profissional está vulnerável. A questão da violência escolar é complexa e precisa ser compreendida.

Diante dessa situação de violência, como o professor está? Quais as repercussões físicas e mentais do envolvimento dele com as questões da escola ou da violência escolar? Qual a dimensão disso tudo? Há sustentabilidade no exercício do seu trabalho? Ele consegue se recompor todos os dias para continuar lecionando? Apresenta indícios de incapacidade laboral e por vezes necessidade de afastamento do trabalho? Existe nele a força interior para falar, para participar, para ser livre e registrar suas amarguras, suas angústias? Pode ele continuar trabalhando cheio de amarras, de silêncio, sem um *feed-back* de suas ações e porventura de sua própria violência, por medo de perder o emprego, a contratação, o sustento de sua pessoa e de sua família? Quais as repercussões desse silêncio ou desse preconceito? Se calar adoece e se reclamar é visado, se expõe. Como ele vive, seu sono, sua alimentação, seus intervalos, a organização do seu trabalho entre um contrato e outro?

A repercussão da violência nas escolas extrapolou dimensões, gerou terror, banalizou.

Após cuidadosa revisão bibliográfica percebeu-se a necessidade de levantar dados com a finalidade de inferir, na prática, a realidade da saúde global ocupacional do professor. Desse modo, foi importante tecer breves considerações a respeito da saúde ocupacional do professor frente à violência escolar. A partir daí, delineou-se o Protocolo contendo várias questões a serem respondidas por professores em futuros estudos objetivando o levantamento de dados que levem os pesquisadores a conhecer a realidade da saúde e qualidade de vida desse profissional. Com a finalidade de alcançar essa proposta, de forma sucinta e breve, discorre-se em primeiro lugar sobre a violência escolar para no segundo momento expor um panorama sobre a saúde ocupacional. Na sequência tece algumas considerações sobre as implicações médico-legais e previdenciárias acerca das doenças relacionadas ao trabalho. Em seguida apresentam-se propostas de levantamento da saúde ocupacional dos professores face à violência escolar e por fim apresenta-se o Protocolo – completo e já formatado - para a realização do levantamento.

2 VIOLÊNCIA ESCOLAR

Bauman (2000, p. 25) refere que a capacidade de pensar e agir racionalmente depende da autoconfiança e define três elementos como condições para isso: a segurança, a certeza e a existência de garantias. Cita ainda (p.56) que a incerteza, a insegurança e a quebra de garantias devem-se às transformações macroeconômicas e políticas sendo, portanto, estruturais.

Como, aparentemente, não é possível atacar as causas estruturais que geram incerteza, insegurança e quebra de garantias, vemos uma criminalização e um investimento penal nos comportamentos que até pouco tempo eram relativamente indiferentes. O crime não aparece mais como ruptura de ordem, mas como ameaça à segurança (SCHILLING, 2004, p.20).

Schilling (2004, p. 23 e 24) ensina que a única possibilidade de ação que teríamos seria sobre o sentimento de insegurança e que nesse aspecto há a transferência dos medos, muitas vezes difusos, para a segurança, com uma conseqüente sobrecarga de segurança, nos trazendo a sensação de que estamos mais desamparados do que nunca e que essa sobrecarga aparentemente tem um efeito contrário ao que se pretende sanar, aumentando o nosso medo. Refere ainda que quando não mais sabemos formular projetos comuns que nos orientem para a nossa vida em comum, construímos mais prisões.

Segundo Bauman (2000, p. 1012) a arte da política, se democrática, é a de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos. Porém, é também a arte da auto-limitação libertando os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites, sejam individuais, sejam coletivos.

Nesse sentido a função da escola é fundamental, pois reproduz a divisão social do trabalho permitindo especializações. (SCHILLING, 2004, p.65).

Lech (2007, p.86) compreende que a criança precisa de uma boa estrutura e estabilidade em casa para poder relacionar-se bem na escola. Se isso não for possível pela desagregação da família, a escola passa a assumir uma tarefa para a qual não está preparada, ou seja, contribuir mais diretamente para a formação da personalidade da criança e, vez ou outra, ser continente das dores e das esperanças para que ela possa ficar mais livre para aprender.

De acordo com Schilling (2004, p.69-71) a educação, materializada na

escola, é um dos direitos humanos fundamentais para a realização de uma série de outros direitos humanos. Expõe, entretanto, haver escolas que, por não terem mais a centralidade do ensinar e aprender e por não assumirem a realização do direito humano à educação, assemelham-se às prisões, como se os conflitos não pudessem mais ser tratados pedagogicamente. São escolas que respondem às contradições e aos desafios da educação, numa sociedade da insegurança, com sobrecarga de segurança e medos à solta, criminalizando condutas. Cita, porém, que há outras que lidam de maneira diversa, bloqueando o medo, incentivando a participação, abrindo vizinhanças, descriminalizando condutas e acolhendo.

De acordo com alguns autores, nesse processo de mutação da sociedade brasileira, ocorre uma profunda crise da eficácia socializadora da educação escolar, oferecendo caminhos desiguais para a conquista de direitos. (SCHILLING, 2004, p.71).

De acordo com Lech (2007, p.45), o ser humano revela-se a partir de sua corporeidade e é por meio dela que precisa ser compreendido. Seus sentimentos expressam-se através de sua corporeidade. Suas dificuldades em evitar e lidar com conflitos são demonstradas por meio de ações que revelam desrespeito aos limites, descontrole de impulsos e falta de consciência e de civismo. Se o educador não souber interpretar essa linguagem corporal global, terá muito mais dificuldade para contornar as situações que podem despertar comportamentos agressivos nos alunos. Segue comentando que a escola é um espaço onde ocorrem intensas emoções que determinam os comportamentos dos alunos e que a partir de sua corporeidade é que ganham expressão os seus sentimentos, sejam eles de amor ou de ódio, de ternura ou de raiva, de paz ou de agressão.

Lech (2007, p.46) ensina que para educar uma criança é necessário que haja uma sintonia entre educador e educando oriunda da identificação das emoções que surgem entre eles. Quando se está sob determinada emoção, há coisas que se pode fazer e coisas que não se pode fazer. As ações manifestadas por meio do corpo são resultados de um conjunto complexo de aprendizagens, sentimentos e vivências. A educação deve acontecer observando essa condição e buscando alternativas que levem ao desenvolvimento das percepções do sujeito em relação a si, ao outro e ao mundo. Assim surge a necessidade de que os educadores, pais ou professores, aprendam a fazer uma leitura desse corpo em movimento, desse fenômeno que é a forma de organização do sujeito no mundo.

Calhau (2010, p. 31-32) comenta que além de determinados alunos, o professor também pode ser vítima de *Bullying*, uma vez que os atuais alunos não estão habituados a respeitar limites, mesmo em casa. A criança faz o que quer, chega à escola e reproduz esse comportamento. Os filhos não respeitam os pais em casa e na escola muitas vezes respondem, desobedecem e agredem professores e principalmente os funcionários mais humildes, como o pessoal da limpeza.

Segue referindo que alguns alunos colocam apelidos desrespeitosos em professores, ficam conversando excessivamente e fazendo barulho nas aulas com o intuito de atrapalhar os trabalhos. Ainda, espalham fofocas nas escolas tentando desestabilizar a situação do professor junto à direção. Somem com o giz e com os pincéis atômicos, impedindo que a aula seja realizada ou que inicie no horário. Jogam giz nos professores, vaiam o professor, tudo arquitetado de forma insistente para impedir que o trabalho do professor possa ser realizado. Em alguns casos há lesão grave do tipo queimadura provocada por cola corrosiva presente na cadeira do professor, abaixo-assinados sem o mínimo de fundamentação por grupo de alunos, denúncias anônimas realizadas por alunos relatando casos inverídicos no intuito de tumultuar a atuação do professor, além de boatos e apelidos pejorativos (CALHAU, 2010, p.32-33).

Lech (2007, p.47-48) comenta que seria o sonho de muitos professores ter uma turma de alunos estática e silenciosa, na qual não tivessem de enfrentar nenhuma variável e pudessem aplicar tudo o que planejam sem nenhuma interferência dos alunos e sem nenhum conflito. A ação é que promove o homem e não suas ideias. A figura de um aluno passivo, sentado diante do professor, está ultrapassada. Levar o aluno a praticar seus aprendizados e a aprender a interpretar suas atitudes e a dos demais é ação urgente no atual contexto educacional. A observação da gesticulação de quem fala, das expressões fisionômicas, dos suspiros, da respiração e até mesmo da tensão muscular, facilitará o conhecimento do aluno pelo professor. Somente quem conhece e compreende estará apto a ajudar. Portanto, é preciso aprender a escutar o discurso da corporeidade.

Schilling (2004, p.86) cita que para alguns, a profissão de professor é para aqueles que não tiveram outra escolha. Ou seja, para aqueles que “não deram certo”. Refere que existem alunos que questionam se o professor além de “dar aulas” também trabalha. Aparentemente, ao mesmo tempo em que os professores carregam em seus sonhos a responsabilidade pela educação das novas gerações,

futuro da nação, formam uma categoria sem prestígio. Ambiguidades e contradições cercam o imaginário sobre a profissão. O aluno repercute estas ambiguidades e contradições: qual é o lugar daquele professor? Ele é uma autoridade? Em quê? Há provocações, há agressões. O professor, então, torna-se vítima e a instituição é formada por essas vítimas. Dessa forma, o perigo surge e cerca a instituição, criando-se um círculo vicioso de vitimização e agressões mútuas que acabam por impossibilitar a resolução pacífica dos conflitos.

De acordo com Schilling (2004, p.86-87) os jovens também apontam que se trata de violência passar de ano sem aprender. É preciso, portanto, analisar porque acontece esta desistência do professor em ensinar e a desistência do jovem em aprender e interroga: o que é uma escola que não cumpre com o seu objetivo central, ou seja, ensinar-aprender? Para outros, a escola é apresentada como refeitório para promover a alimentação dos filhos dos trabalhadores potencialmente desempregados ou ainda, clube recreativo, para se divertir, praticar esportes e assim não permitir que crianças e jovens permaneçam pelas ruas sujeitos ao tráfico de drogas e outros perigos.

Segundo Schilling (2004, p.8), aparentemente estaríamos vivendo um momento histórico, no qual encaramos o lado violento da sociedade, com seus preconceitos de classe, de raça, com sua violência estrutural. Cita ainda que há um esforço para quebrar o silêncio que envolve essas questões, que não são mais vistas como sendo da vida privada ou secreta, e sim como questões políticas e públicas.

A violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém. Caracteriza-se por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. (SCHILLING, 2004, p. 38)

Schilling (2004, p.58) comenta que segundo autores, o conceito de poder diz respeito não apenas à capacidade humana de agir, mas de agir de comum acordo. A violência possui um caráter instrumental e diferencia-se do poder. A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo. Terror é a forma de governo que passa a existir quando a violência, tendo destruído todo o poder, não abdica, mas ao contrário, permanece com controle total.

Para Schilling (2004, p.90-91) tratar da violência que ocorre nas famílias é

uma das formas de prevenir a violência fatal, inclusive a criminal. Comenta que os jovens falam da violência sexual, do espancamento, das brigas, da violência contra a mulher, contra a criança, ao adolescente, ao idoso, ao portador de deficiência, ao doente mental, àquele(a) com orientação sexual diversa, ao alcoolismo, ao desemprego e acrescenta a uma estrutura familiar que joga todo o seu peso no papel masculino. Que provoca vitimização direta ou indireta e que muitas vezes, repercute na atividade escolar da criança ou do jovem, sob forma de indisciplina, do descaso, da dificuldade em aprender.

Schilling (2004, p.59) ensina ainda que se quisermos dar conta da tarefa de educar, devemos pensar nas relações externas de poder que contornam a instituição, e observar como são trazidas ao cotidiano escolar.

Reitera que a escola entra ora como vítima da violência externa, ora como algoz, quando vista como uma instituição com sua própria cota de violência. Isso significa que se de um lado algumas escolas são lugar da reprodução das desigualdades sociais, das desigualdades de gênero e raça, da produção da pobreza e da exclusão, tendo assim sua cota de violência sócio-econômica há outras que são lugares da superação das desigualdades sociais, da construção da democracia e dos direitos humanos. (SCHILLING, 2004, p.60-61).

Para lidar com essa nova situação, dependendo das formas múltiplas e profundamente originais encontradas pelas escolas, a violência entra e toma conta do ambiente escolar (SCHILLING, 2004, p.73).

Em dado momento de seus estudos, Schilling (2004, p 75) faz importantes indagações: O que é violência em cada época, em cada sociedade? Quem definirá esse termo e lhe dará conteúdo? Qual é o lugar que a escola e a educação ocupam nos dias atuais, na sociedade da insegurança? Quais são as violências que estão nas escolas? Quem são as vítimas e os algozes nessas relações violentas?

Elucida, ainda, que existem diversas pesquisas acadêmicas sobre violência escolar no Brasil, sendo as primeiras datadas na década de 1980. Dentre as ações violentas identificadas e presentes em escolas, tanto nas rígidas em disciplina como nas desorganizadas existem quase que os mesmos problemas, tais como; as depredações, os furtos, as invasões aos prédios escolares, ações muitas vezes praticadas por ex-alunos excluídos do processo educacional pela escola, como resposta à violência oriunda do ambiente escolar. O crescimento de gangues juvenis e o crescimento do crime organizado em torno do tráfico de drogas são fatores que

favorecem essa violência.

Três tipos de situações são registradas: a manutenção das depredações, furtos ou roubos do patrimônio da escola; o incremento das agressões físicas entre os alunos e casos de agressões de alunos contra professores. Embora as pesquisas centralizem sua atenção nas escolas públicas, há registros dessas ocorrências também nas escolas particulares (brigas, agressões contra professores e depredações no ambiente escolar de forma intensa) (SCHILLING, 2004, p.79-82).

É importante mencionar que a violência observada na escola traduz parte do ambiente externo, particularmente em localidades dominadas pelo crime organizado. (SCHILLING, 2004, p.82).

Na tentativa de encontrar respostas diferentes, existem ações que buscam a construção de políticas públicas no intuito de obter mais eficácia e diminuir a violência no ambiente escolar. Algumas propostas tentam enfatizar a permanência dos alunos e combatem a evasão-expulsão escolar e outras têm uma gestão democrática e aberta que mostraram certa reversão do quadro de violência (SCHILLING, 2004, p.80).

Em outra linha de pesquisa sobre violência menciona-se em primeiro lugar a discriminação que ocorre em escolas e faculdades como sendo uma violência central, que aparece não apenas na fala dos jovens moradores de bairros periféricos, como também na dos professores. Trata-se da violência vivida por todos no cotidiano. Os professores se queixam da discriminação salarial e da ausência de reconhecimento social. Os estudantes se queixam de serem discriminados pelos professores. Uns e outros sofrem com a discriminação impedindo o acesso a um futuro almejado (SCHILLING, 2004, p.84). Segue dizendo que a violência do preconceito e da discriminação é um dos pontos mais violados dos direitos humanos e ocorre por raça, sexo, faixa etária, condições físicas entre outras.

Lech (2007, p.45) ensina que a violência tem sido o efeito mais nefasto do problema da indisciplina, o qual foi considerado um dos grandes problemas do final do século passado para a educação brasileira. Os comportamentos oriundos da indisciplina vão contra as regras estabelecidas e são disruptivos, supondo uma disfunção da escola. Comenta ainda que nesse contexto, cabe buscar saber se os professores e a escola, como um todo, estão conseguindo estabelecer as regras mínimas de convivência humana, as quais não devem ser impostas, mas sim desenvolvidas a partir do domínio afetivo, de modo que todos vivenciem situações

que promovam liberdade com responsabilidade e respeito mútuo.

Lech (2007, p.73) propôs uma pesquisa para professoras de 3ª e 4ª série do ensino fundamental de uma escola estadual e um roteiro para entrevistar as professoras selecionadas. Esse trabalho foi conduzido como entrevista semi-estruturada com as seguintes questões:

- 1- Comente exemplos de situações de agressividade que já tenha ocorrido em sua turma de alunos.
- 2- Que fatores você considera como determinantes do comportamento agressivo de seus alunos?
- 3- Qual(is) sua(s) atitude(s) mais frequente(s) diante desse tipo de situação?
- 4- Quais as variáveis que considera interferir em seu comportamento diante disso?
- 5- Você considera que sua formação acadêmica contribuiu para lidar com as situações de agressão de seus alunos?
- 6- Que fatores considera como facilitadores do manejo dessas situações e quais os que podem dificultar o papel do professor?

Comenta Lech (2007, p.78) que a agressividade no espaço escolar sempre foi motivo de preocupação para professores e direção. Os professores são melhor preparados para colocar em prática seus planejamentos do que para lidar com situações imprevistas. No entanto, antes de saber como lidar, é preciso que seja entendida como essa agressividade se revela.

Lech (2007, p.78) afirma que de acordo com a pesquisa, em grande parte, as atitudes aparentemente agressivas dos alunos são apenas uma forma de contato amistoso que ocorre principalmente entre meninos, como se fosse uma brincadeira. Por vezes, o limite entre a brincadeira e a briga é muito tênue e acaba levando às agressões mais sérias, aparentemente sem haver uma intenção inicial de prejudicar o colega. Em outras situações a raiva é evidente e por vezes a agressão é premeditada e uma minoria se vale de instrumentos perigosos.

Lech (2007, p. 82-83) observou ainda que de acordo com algumas professoras, as escolas municipais, por serem frequentadas por muitas pessoas que vieram da zona rural, são as que mais preservam os valores de respeito à autoridade. Já os alunos de escolas particulares parecem ter uma maior liberdade e, neste caso, os pais estão também com cada vez menos tempo e disponibilidade para educar seus filhos. Para outras, a natureza econômica dos alunos de escolas municipais, com baixo poder aquisitivo está relacionado à maior violência, pois enfrentam grandes dificuldades.

Lech (2007, p. 82-84) segue comentando que os fatores econômicos afetam tanto os professores como os alunos. Pelo lado dos professores, os fatores principais são a visível desvalorização da profissão do magistério, com salários cada vez mais aviltados, levando-os a assumir uma carga horária cada vez maior ou levando-os a buscar outra fonte de renda. Pelo lado dos alunos, a diferença de classe social dentro da mesma escola, a exploração de mão de obra infantil muitas vezes pelos próprios pais, a desintegração ou desestruturação familiar, são fatos que tornam a questão família-escola ainda mais difícil.

Segundo Lech (2007, p.105) inúmeras causas levam um aluno a se comportar de uma forma que preocupe aqueles que estão à sua volta e que são encarregados de sua educação. Como exemplos importantes estão os fatores emocionais oriundos de questões familiares e sociais, características individuais herdadas geneticamente, distúrbios orgânicos, entre outros. No entanto, mais do que diagnosticar, a preocupação dos professores e orientadores tem sido encontrar a melhor forma de lidar com esses alunos. O professor precisa entender que em relação ao manejo dessas situações de conflito, pode haver mera transferência de sentimentos aprendidos na família. Dessa forma ao invés do professor entender que as atitudes são contra ele próprio, poderá servir de continente e acolher os sentimentos negativos do aluno, ajudando-o a entender e aliviando sua ansiedade.

De acordo com Lech (2007, p.59-60) diante dos comportamentos agressivos dos alunos, cada professor tende a construir respostas, de acordo com sua ética, sua experiência e sua personalidade. Cita que para alguns autores, a melhor opção para se tentar resolver situações difíceis é seguir o bom senso: a inteligência a favor do coração e ambos a favor da vida. A sensatez é uma competência daqueles que têm cautela, que têm prudência, mas que acima de tudo refletem. A reflexão é que conduz à compreensão e à tomada de decisão. A empatia e a experiência adquirida por meio dos erros e dos acertos também ajudam a estabelecer um consenso e a encontrar um equilíbrio, um senso de adequação para as situações a serem tomadas. Por outro lado, o acúmulo de conhecimentos não confere ao sujeito a garantia de desenvolver sua sensatez.

Comenta ainda que para alguns professores a agressividade é uma energia em estado bruto que os alunos trazem como uma bagagem da família e caberia aos professores fazerem um polimento destas características agressivas, muitas vezes incontroláveis, a partir do convívio na escola e na sociedade. Entre os menores,

tapas e empurrões e entre os adolescentes a “força” é um pouco maior e alguns até se machucam. Em geral começa com uma agressão verbal ou simplesmente chamar o outro pelo apelido. Alguns empurram para que o colega bata a cabeça na parede. Entre as meninas, puxões de cabelo, em geral por disputa amorosa. Dentre as entrevistadas, já houve situações em que a professora foi empurrada por uma aluna e outra levou um soco ao tentar separar dois meninos que estavam brigando. Outra referiu que se os professores forem injustos com os alunos terão maiores chances de serem agredidos. Para algumas, a interpretação é que já virou rotina visto que se formou a cultura de que bater é corriqueiro e normal (LECH, 2007, p. 78).

De acordo com sua pesquisa, Lech (2007, p.87) indaga qual o espaço que os professores têm para refletir, para pensar e planejar em conjunto. Não existe interligação entre os professores, pois eles não têm oportunidades para conversar, pois estão extremamente sobrecarregados. O mesmo desencontro que ocorre entre os professores no seu ambiente de trabalho e que os impedem de discutirem melhores ações em sala de aula também ocorrem entre os pais e os filhos no ambiente familiar. Outra falha apontada é a forma como se dividem as turmas, muitas vezes pelo perfil de alunos. Outro fator agravante é a questão da repetência, tornando a criança mais suscetível a enfrentar situações angustiantes e discriminatórias perante a comunidade escolar.

Schilling (2004, p.92-94) cita ainda a violência social e a violência da criminalidade como participantes da escola. Na primeira está o desemprego, a má distribuição de rendas e de terras. Convivemos com a fome, a falta de moradia, a falta de serviços públicos de saúde e de lazer. Essa desigualdade social repercute no cotidiano escolar, nos alunos e professores. O que se precisa inferir é quanto a escola poderá ou não contribuir para que a vida do jovem possa ser uma vida de superação da pobreza. Já as escolas que estão em territórios violentos muitas vezes sofrem com a violência da criminalidade, que implica desistência do futuro para muitos jovens, pois para esses a criminalidade parece ser o único meio de acesso a bens, numa sociedade desigual, preconceituosa, de consumo, sem perspectivas, sem projeto, sem resistência.

Schilling segue dizendo que a escola deveria ser um direito humano que realiza um direito humano essencial, o do acesso irrestrito ao patrimônio cultural, científico e tecnológico acumulados pela humanidade. As transformações contemporâneas do mundo do trabalho e do emprego esvaziam o papel tradicional

da escola, de preparação para esse mundo. Cita ainda que a violência da indiferença também está na escola e que a indiferença social reflete muitas vezes a banalização da violência cotidiana, da violência fatal. Reflete também a dificuldade que cerca a violência e o silenciamento que provoca (2004, p. 87-89).

Para Schilling (2004, p.97-99) se professores, pais, alunos, funcionários, pessoas da vizinhança, líderes sociais puderem debater o que acontece, livremente, esse já seria o início da construção da educação como um direito humano na sociedade da insegurança. Diz ainda que o primeiro ponto é negar separações, os muros, as cercas eletrificadas, o temor excessivo do outro, norteando ações e palavras, multidisciplinares, intersetoriais, multissetoriais. É preciso romper com as antigas divisões e separações de poder. É preciso política, justiça, moradia, trabalho, saúde, educação, meio ambiente, cultura, apoio às vítimas, tratamento dos agressores. Há intervenções que podem ser feitas a partir dos recursos próprios, dos recursos pessoais de cada um de nós. Há ações que só são possíveis a partir da construção de um coletivo, que exigem uma interlocução mais ampla.

Continua dizendo que o ponto de partida essencial é o trabalho de diagnóstico, detectando as várias dimensões da violência, como a socioeconômica, a familiar, a institucional. Reconhecer que esta violência acontece em vários lugares, com atores diversos. Que muitas delas se relacionam entre si, apoiam-se e provocam-se mutuamente. Com base nesse reconhecimento é possível criar respostas que serão necessariamente diversas. O ponto de partida é esse exercício, construído a partir de uma diversidade de interlocutores: professores, pais, alunos equipe técnica, líderes comunitários. Dessa verificação inicial é que deverão sair as linhas de ação, as prioridades, as possibilidades de novas alianças e redes de apoio.

Comenta ainda que são redes que se constroem o tempo todo, que lutam contra a fragmentação, contra o isolamento, contra o medo. São redes de resistência, redes necessariamente democráticas, de proteção e realização de direitos. Que compreendem que os direitos humanos são indivisíveis realizando-se mutuamente e que o direito à segurança, a uma vida e a uma escola sem violência é uma construção que envolve muitos parceiros e responsabilidade de muitos setores.

Schilling (2004, p.99-100) fala que não é um caminho fácil e sim cheio de contradições. Há que se contar com a dificuldade em participar, pois além de não termos a cultura da participação, essa é dificultada pelas condições reinantes atualmente. A democracia dá trabalho e não nos foi ensinado ser democrático, criar

experiências democráticas e viver experiências de liberdade. Precisamos aprender coletivamente.

Fala ainda que temos dificuldade em superar a fragmentação do nosso pensamento e da nossa ação. Se os problemas sociais são complexos vê-se a inutilidade das respostas parciais e fragmentadas.

Segundo Schilling (2004, p.100) o grande desafio das redes é a compreensão da complexidade das questões sociais e da instrumentalização da sua ação, de modo a dar conta dessas complexidades estabelecendo claramente por onde começar, qual será a prioridade. Quem sabe um bom começo na escola fosse desenvolver um trabalho de escuta? Perceber, na trama da indisciplina, o que acontece naquela família, naquela vizinhança, que repercute na escola? Quem sabe um bom começo fosse uma escola que não discriminasse? Quem poderia ser parceiro, aliado da escola para esta tarefa? Com quem contamos internamente e externamente?

Para Lech (2007, p.99) a união dos esforços deve ser a tônica de qualquer iniciativa para a resolução de problemas. Toda a comunidade escolar deve estar envolvida, incluindo a família. Por outro lado, para que o professor possa sentir-se preparado para lidar com os comportamentos agressivos dos alunos, uma das principais ações é a busca de fortalecimento por meio de grupos de estudo.

Lech (2007, p.103) cita que conselhos e intervenções externas podem ser inoperantes porque os sujeitos precisam elaborar suas dificuldades e seus conflitos internamente.

Salienta que os comportamentos dos docentes são resultados de uma gama de fatores inter-relacionados como o caráter individual, a formação acadêmica e a experiência profissional. (LECH, 2007)

De acordo com a autora, o professor deve estar comprometido com seu constante aperfeiçoamento pessoal e profissional para poder acompanhar os processos de mudança, muitas vezes permeados de conflitos. Cita ainda que segundo alguns autores, os valores e o comprometimento pessoal do professor são decisivos e a primeira competência que deve caracterizá-lo é aceitar a complexidade do espaço escolar e reconhecer os implícitos do ofício. Deve haver uma tomada de consciência sobre as situações difíceis, uma vez que não existe um caminho traçado para lidar com elas (LECH, 2007, p. 52).

Cita Lech (2007, p.53) que ao falar de comportamento dos professores,

hierarquicamente, o conhecimento evolui para habilidades, daí para competências, para atuação e, atualmente, para a noção de comportamento, não como sinônimo do que um organismo faz, mas significando uma complexa relação entre o que o organismo faz e as situações que envolvem esse fazer. As condições em que os sujeitos agem são, inicialmente, em função dos próprios condicionamentos, como a história pessoal, a genética, a aprendizagem, a situação real de inserção na realidade e o meio em que vivem.

Segundo Lech (2007, p.56) presume-se que o professor precisa estar preparado para adequar-se aos novos tempos e para tanto, deverá revelar certas competências que o capacitarão a enfrentar os desafios que podem surgir na escola. Segue questionando quais competências e quais os parâmetros para o professor agir.

Lech (2007, p.56) afirma que o professor está mais inseguro diante das instabilidades próprias do atual momento em que vivemos, sem parâmetros consensuais para pensar e agir. Questiona, então, se os professores estão sem suporte. Como podem ampliar suas competências após o processo de graduação? A partir de suas reflexões? De pesquisas? Do bom senso?

Para Lech (2007, p. 56-57) deveriam encontrar mais professores que, junto com aquilo que ensinam, transmitissem a ternura, a paz e o amor que alimentam a alma. Para ela é o que o professor passa junto com o que ensina ao aluno, ou seja, o afeto, que leva o estudante a fazer algo com aquilo que aprendeu. Comenta ainda que vários autores escrevem sobre a importância de se considerar o afeto como sendo a base do estabelecimento de qualquer relação, como é a de professor-aluno. Esse pode ser um dos inúmeros caminhos que poderão promover a possibilidade de lidar com os comportamentos agressivos dos alunos no espaço escolar.

Lech (2007, p.61) fala que as experiências em sala de aula são únicas; portanto, o professor deve estar disposto a frequentar espaços de discussão e estar em constante processo de reflexão e auto-avaliação.

Ela ensina que, segundo autores, o movimento que busca melhorar a profissão docente evidencia-se no desenvolvimento curricular baseado na realidade da escola. A educação deve se basear em investigações diretas dentro do seu próprio serviço, a partir dos próprios comportamentos docentes (LECH, 2007, p.66).

Alguns autores sugerem que os professores anotem suas reflexões e discutam com outros professores temas de interesse comum. Finalmente, é preciso

que haja a convicção de que a investigação, baseada na atividade do professor, deve se aprofundar de tal maneira no problema em questão, que dela derivem, talvez com consequências para as políticas educacionais (LECH, 2007, p.68).

Segundo Lech (2007, p.91) o afeto e o amor parecem ser sentimentos indissociáveis da condição de ensinante. Envolver-se com o aluno não significa que se tenha de resolver todos os seus problemas. É preciso desenvolver a empatia, pois é uma das principais qualidades do inteligente emocional e é a chave para o desenvolvimento da virtude e do respeito. O diálogo é o principal mediador dos conflitos.

Lech (2007, p.100) cita que para uma das entrevistadas, o sentimento de angústia necessitou de terapia psicológica para alívio do sintoma, que estava dificultando ainda mais o seu desenvolvimento como professora.

Comenta Lech (2007, p.101-102) que de acordo com alguns autores a experiência só tem valor se estiver reforçando comportamentos positivos, o que às vezes pode não ocorrer. Acredita-se que haveria possibilidade do professor aprender a encontrar recursos dentro de si, fazendo uso constante da reflexão, dos estudos e das trocas de experiências. Comenta ainda, que as vozes dos professores entrevistados por ela traduzem as dificuldades e as competências que os acompanham na prática diária da docência. A oportunidade de conhecer suas angústias, sentimentos e ideias tornam as situações conflituosas, que ocorrem frente a comportamentos agressivos dos alunos, mais claras e inteligíveis. Existe uma estreita relação entre o comportamento dos professores e o dos alunos. Daí a necessidade do professor ter consciência de seus comportamentos, pois deles derivarão parte dos comportamentos do aluno.

Para Lech (2007, p. 111-114) é através do afeto, do bom senso, da reflexão, da experiência e da pesquisa que o professor pode tomar decisões sobre o que fazer diante de situações difíceis na escola.

Na mesma argumentação, ela acredita que a partir de sua competência afetiva ou de sua inteligência emocional poderia ser proposto ao professor que apresentasse:

- a) Bom humor, permitindo que os problemas se tornassem mais leves e mais fáceis de serem resolvidos. Refere ainda que a alegria estabelece canais de comunicação e elimina defesas e resistências que os alunos

possam apresentar diante das relações humanas na escola ou diante do próprio processo de aprendizagem;

- b) Empatia, olhando para o aluno e percebendo o que ele pode estar sentindo, pensando, querendo, enfim necessitando. Para isso é preciso ter sensibilidade;
- c) Acolher sentimentos negativos, como o medo, a raiva, a tristeza, respeitando o aluno;
- d) Autoridade com afetividade, estabelecendo limites claros;
- e) Comunicação verbal e não verbal, revendo sempre palavras, frases ou atitudes;
- f) Valorizar os comportamentos positivos, entendendo o esforço do aluno para tal;
- g) Fazer conotações positivas, elogiando intenções e corrigindo erros;
- h) Aceitar as diferenças seja humana, social, racial, religiosa, cultural, pois eles apresentam inteligências, potencialidades e limites diferentes;
- i) Dar responsabilidade aos alunos, aceitando suas dificuldades e ajudando-os a fazer de novo e acertar;

Quanto ao bom senso, ela refere que anda de mãos dadas com a ética e que é importante evitar:

- a) Criticar o aluno destrutivamente e em público;
- b) Estabelecer rótulos;
- c) Comparar alunos;
- d) Oferecer mensagens contraditórias;
- e) Embolar-se no problema dos alunos. Comenta que o importante é manter a calma e fazer valer seus valores de paz, respeito, solidariedade e compreensão tornando a situação mais amena e fácil de contornar.

Quanto à reflexão sugere que o professor ajude o aluno a pensar nas razões e consequências de sua conduta inadequada. É preciso aceitar o sentimento que levou o aluno a infringir certa regra, para que o mesmo seja aceito e isso possa aumentar sua capacidade de pensar, pois pode eliminar grande parte de suas defesas e resistências. É importante ainda:

- a) Construir as regras em conjunto;
- b) Exigências e disciplina de forma alternativa, com reflexão do professor antes, durante e depois de suas atitudes;
- c) Saber receber *feed-back* mediante atitude de determinados alunos e dele próprio como professor, fazendo auto-análise.

Quanto à experiência, Lech (2007, p. 111-112) afirma que nas profissões cuja principal ferramenta é a própria pessoa, como no caso da docência, a experiência profissional não se inicia quando o sujeito começa sua vida profissional, mas sim pela soma da sua competência técnica profissional com toda a sua trajetória de vida que influencia grandemente nas suas ações. Ensina-se com o que se sabe, mas educa-se com o que se é. Por isso não se deve confundir autoridade com autoritarismo, agressividade com agressão, transgressão com indisciplina.

Quanto à pesquisa, Lech (2007, p. 112-113), menciona que não é tão necessário formar grupos de estudos e editar publicações científicas, quanto ter a curiosidade mínima de buscar conhecimentos que permitam compreender melhor seus alunos, pois é muito fácil ajudar as pessoas que conhecemos e entendemos. Difícil, porém, compreender aquelas que mal conhecemos e pelas quais não temos nenhuma ideia dos porquês de suas atitudes. É preciso escutar o aluno e identificar as causas de suas ações e atitudes. É preciso considerar a complexidade dessas relações e ajudar o aluno a verbalizá-las. Uma possibilidade seria distribuir questionários para serem respondidos no início do ano.

Assim, uma aula dinâmica e interativa poderia chamar a atenção dos alunos, ao invés de eles precisarem ficar chamando a atenção dos colegas e professores, muitas vezes por meio de atitudes inadequadas.

A autora segue comentando que o professor não precisa ter medo de errar se estiver tentando acertar e fazendo uso de suas competências. Nestes casos, não existe o que é certo ou errado, mas existe o que é adequado. O que é certo em uma situação poderá não sê-lo em outra.

Lech (2007, p.13) observou a angústia dos professores por não saberem como lidar com as situações de conflito em sala de aula, principalmente em relação à questão de agressividade manifestada pelo aluno em sua conduta contra colegas e professores. Os professores perguntam se existem caminhos que possam levá-lo a encontrar seu jeito próprio de lidar com as situações imprevistas como a

agressividade de seus alunos.

Lech (2007, p.18) afirma que o difícil para os professores é aceitar que a paz absoluta é só uma utopia e que eles precisarão enfrentar um trabalho complexo voltado para o resgate e o desenvolvimento de valores como cidadania, solidariedade e respeito. Acrescenta que é preciso que o professor renuncie ao sonho de totalização, de homogeneização do lugar do aluno, pois eles nunca serão iguais e quanto maior o esforço para homogeneizá-los tanto maior serão os conflitos. Segue dizendo que o desafio da complexidade torna os professores mais inseguros, mais instáveis.

Lech (2007, p.20) ensina que a principal ferramenta do trabalho do professor é sua pessoa, sua cultura, a relação que instaura com os alunos, individual ou coletivamente. Mesmo que a formação seja centrada nos saberes, na didática, nas avaliações, na gestão de classe e nas tecnologias, nunca se deve esquecer a pessoa do professor.

De acordo com Lech (2007, p.36) a formação continuada dos professores é fundamental para que as questões relativas à indisciplina e à violência na sala de aula e na escola possam ser equacionadas, problematizadas, refletidas.

Lech (2007, p. 88-89) pergunta se seria possível para um professor, ao adentrar a sala de aula, deixar para trás as dificuldades de ordem pessoal e agir com seus alunos como se fosse uma pessoa completa e o tempo todo feliz? Diz ainda que a história pessoal de cada um, refletida a partir da transferência de sentimentos, se constitui em um dos determinantes do tipo de reação que ocorrerá na situação atual. A pessoa do professor e do aluno, ou seja, o seu tipo de personalidade, é o que determinará a sua forma de agir e reagir diante dos conflitos. A cultura, a família, a situação econômica e a metodologia utilizada podem parecer semelhantes em um determinado grupo, porém, cada sujeito terá um tipo de resposta diferente para uma situação similar.

De acordo com Lech (2007, p.115-116) a participação da escola no desenvolvimento global do educando ocorrerá de qualquer forma, intencionalmente ou não. São complexas e diversificadas as relações humanas que se estabelecem na escola. Reforçam-se muitas concepções como a importância da formação inicial e continuada do professor e da leitura da corporeidade do aluno e do próprio professor. No cotidiano, os conflitos relacionados à agressividade e à violência continuam aumentando. Já se tem consciência de muitas coisas, mas agora é a vez

dos professores encontrarem recursos para que tenham a competência para usar aquilo que já sabem. Ter a informação não confere ao sujeito a capacidade de usá-la. Isso sim dependerá de uma série de variáveis, dentre as quais sua personalidade, a qual resulta da educação que recebeu, de sua carga genética e da compreensão que tem de sua história de vida.

Assim, o preparo do professor deveria se estabelecer a partir de suas vivências somadas a estudos e reflexões. A escola deveria acompanhar as mudanças de nossa cultura e nossa sociedade em constante evolução, sob o risco de não conseguir prover as necessidades dos alunos. As ações do professor diante das situações de conflito no espaço escolar deveriam ancorar-se na sua capacidade de relacionar os problemas ao contexto ao qual ele está vinculado e de considerar a visão do aluno sobre essas situações (LECH, 2007, p.117-118). Segue dizendo que é preciso ser capaz de lidar com os alunos que apresentem comportamentos agressivos e, também, compreender esses comportamentos a partir do contexto em que eles estão inseridos e, na medida do possível entender de onde se originam.

A formação docente segundo Lech (2007, p.119) deve se caracterizar como um processo dinâmico de desenvolvimento profissional, baseado na constante auto-avaliação, em estudos, atualizações, discussões e *feedbacks*. Existe uma lacuna na formação dos professores, ou seja, os estudos acadêmicos não tem criado condições para o desenvolvimento de habilidades básicas como as de relacionamento, auto-conhecimento e reflexão permanente, necessárias à sua capacidade de agir diante da complexidade dos comportamentos agressivos de seus alunos, a qual, entende-se que está presente dentro de cada um.

3 SAÚDE OCUPACIONAL

O ano de 1968 se destaca pelo avanço na luta pela saúde do corpo, pela organização e por melhores condições de trabalho. Na década de 1980 estudam-se as relações entre o trabalho e a saúde mental, o sofrimento no trabalho, o papel da organização do trabalho e as estratégias defensivas (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.3-4).

Camargo *et. all.* (2010, p. 4) cita que a partir de 1972, as empresas brasileiras

foram obrigadas a instalar serviços médicos conforme o grau de risco e o número de empregados, iniciando-se os cursos de especialização em Medicina do Trabalho pela Fundacentro. Segue dizendo que mudanças nas Normas Regulamentadoras promulgadas pelo Ministério do Trabalho em 1994, instituíram o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Em 1999 foi publicada a nova Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (Portaria MS nº1339).

Ensina que o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, já em 1966, mencionava a importância do estresse psicológico no trabalho e suas ameaças para a saúde mental, bem como o risco de moléstias físicas, exemplificado pelas doenças coronarianas. (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 8)

Considerado o “pai da Medicina do Trabalho”, Ramazzini mostrou que o trabalho agride o cérebro, seja pelo uso de substâncias químicas, seja pela organização inadequada do trabalho. (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 10).

No período da II Guerra Mundial e do pós-guerra, o custo provocado pela perda de vidas decorrente dos acidentes e doenças do trabalho começou a ser também sentido pelos empregadores e pelas companhias de seguro envolvidos com o pagamento de pesadas indenizações por incapacidade provocada pelo trabalho (CAMARGO *et. all.* 2010, p. 11). É nesse momento que ocorre a crescente intervenção do Estado no processo de expansão do capitalismo, surgindo assim ações de saúde ocupacional e ampliando a atuação da medicina do trabalho, que passa não só a avaliar o indivíduo e suas doenças, mas também o grupo de trabalhadores expostos e não expostos a agentes patogênicos, visando a prevenção no ambiente de trabalho.

Cita Camargo *et. all.* (2010, p. 11-12) que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) através da Recomendação 112 (1966) propõe assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo o risco que prejudique a sua saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições em que se efetue; propõe ainda contribuir para a adaptação física e mental dos trabalhadores, em particular pela adequação do trabalho e pela colocação do trabalhador em lugares correspondentes às suas aptidões; assim como contribuir para o estabelecimento e a manutenção do nível mais elevado possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

Ensina que em torno do ano de 1968, exterioriza-se o questionamento do sentido da vida, o valor da liberdade, o significado do trabalho na vida, o uso do

corpo, a denúncia do obsoletismo de valores já sem significado para a nova geração, abalando a confiança no Estado e a interpretação do Trabalho (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.12).

Começa a ocorrer a participação dos trabalhadores nas questões de saúde e segurança. Nova legislação é elaborada na qual se reconhece o exercício de direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito à informação (riscos, medidas de controle, resultados de exames e avaliações ambientais), o direito à recusa ao trabalho em condições de risco grave para a saúde e para a vida, o direito à consulta prévia aos trabalhadores pelos empregadores, antes de mudanças tecnológicas, métodos, processos e formas de organização do trabalho e o estabelecimento de mecanismos de participação desde a escolha de tecnologia até, em alguns países, a escolha de profissionais que irão atuar nos serviços de saúde no trabalho (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 12-13).

Calhau (2010, p.67-68) comenta que o local de trabalho é um lugar que deve fornecer ao trabalhador condições efetivas para a realização digna de seu trabalho e que o *bullying* no ambiente de trabalho desequilibra a equação de variáveis que devem coexistir para a manutenção de um ambiente que não adoça o professor. O assédio moral no ambiente de trabalho é conhecido como *workplacebullying*, *mobbing* ou apenas *bullying* no ambiente de trabalho.

Calhau (2010, p.68-69) refere que nas organizações, a violência e o assédio nascem do encontro da inveja do poder do outro e da perversidade. Esse poder pode ser real ou imaginário, mas ele incomoda o agressor, sendo que o atributo que o expressa pode ser sustentado em qualquer fonte, como conhecimento, beleza, relacionamento ou competência. O processo é o mesmo de outras formas de *bullying*, ou seja, a vítima é eleita.

Continua definindo que assédio moral no trabalho é qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atende, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (CALHAU, 2010, p. 69).

Camargo *et. all.* (2010, p.20) afirma que o estresse psíquico causa significativo impacto sobre a qualidade de vida (pessoal, social e ocupacional) e está vinculado a fatores psicossociais e organizacionais do trabalho.

Consta em um dos capítulos de Camargo *et. all.* (2010, p.35-38) que embora

não estejam plenamente estabelecidos os fatores psicossociais de risco e de proteção para a ocorrência ou não de agravos à saúde do trabalhador, já existem na literatura, como etiologia dos acometimentos psicoemocionais, os fatores de organização de trabalho como sobrecarga de trabalho, fragmentação de tarefas, incerteza quanto ao futuro do emprego, pressão de tempo, altas exigências cognitivas e apoio social reduzido. Finaliza o capítulo dizendo que a ausência de profissionais psicólogos em equipes de segurança e medicina do trabalho é contraditória, entendendo que as doenças ocupacionais possam ser causadas também por fatores psicossociais, mas que não há normas para o seu controle como há para os demais fatores de risco.

Problemas relacionados com o emprego, o desemprego, condições difíceis de trabalho, circunstâncias relativas às condições de trabalho são previstas como etiologia de transtornos mentais e comportamentais como o alcoolismo crônico relacionado ao trabalho de acordo com a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde (2001, p. 161-194). Outros transtornos mentais decorrentes do futuro no emprego e do desemprego podem desencadear ansiedade, sintomas somáticos e depressivos (p. 59).

Aspectos psicossociais como decepções sucessivas frente a frustrações no trabalho, competição, demissões e desemprego podem ainda desencadear episódios depressivos.

Dentre as Síndromes Psiquiátricas Não Orgânicas Relacionadas ao Trabalho alguns fatores psicossociais e organizacionais podem ser desencadeantes como o excesso de atividades e pressão de tempo, conflito de papéis, falta de apoio social, entre outros estressores.

Camargo *et. all.* (2010, p.59) cita que a violência no local de trabalho é considerada um problema transcultural que podem incluir agressões psicológicas, intimidação, coação, perseguição, além de violência física e homicídio, entre outros.

O estilo de gestão, o clima e a cultura organizacional, remuneração do rendimento e questões pessoais também tem impacto no trabalho. A melhoria contínua da qualidade pode trazer muitos benefícios aos trabalhadores e a sua saúde. Características de personalidade, baixa autoestima podem deixar o indivíduo mais vulnerável ao ambiente laboral. A ocorrência de determinados padrões de comportamento podem levar a maior propensão de hipertensão arterial,

hipercolesterolemia e episódios de estresse (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 59).

Fatores protetores de enfrentamento como pensamentos, crenças e comportamentos para alívio e bem estar do indivíduo e o apoio social incrementando a capacidade de enfrentamento, facilitam a adaptação ao trabalho (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 59).

O estresse ocupacional pode influenciar o comportamento desencadeando ou agravando o absenteísmo, a drogadição, os distúrbios de sono, o tabagismo e o consumo de cafeína. Pode levar ainda a alterações do sistema musculoesquelético, vegetativo (autônomo), endocrinológico e imunológico. De acordo com Camargo *et. all.* (2010, p. 60) a tensão muscular associada ao estresse pode aumentar a sobrecarga estática dos músculos, acelerando a fadiga muscular e provocando doenças associadas.

A depressão como consequência de exposição no local de trabalho está associada a um maior risco de doença cardiovascular, podendo causar um maior prejuízo no desempenho individual, físico, profissional e social do que outras doenças cita Camargo *et. all.* (2010, p. 61-62). A estigmatização das doenças mentais no ambiente ocupacional, sobretudo da depressão, acaba resultando em consequências como retardo no início do tratamento, conflitos com colegas e diminuição no rendimento, entre outros.

Transtorno de estresse pós-traumático pode ser encontrado em indivíduos que foram vítimas de desastres, acidentes sérios, que testemunharam a morte violenta de outros, ou que sofreram tortura, vivenciaram situações de terrorismo, estupro ou outras violências. (CAMARGO *et. all.*, 2010, p. 62-63). Segundo Camargo *et.all.*, o diagnóstico tem sido subestimado no meio médico, no qual acidentes automobilísticos e a violência social constituem um grave problema de saúde pública. Ainda polêmico, o diagnóstico de Neurastenia e Síndrome Geral da Fadiga Nervosa podem estar relacionados a fatores ocupacionais contributivos (2010, p. 65).

Camargo *et. all.* (2010, p.67), afirma que o Transtorno do Ciclo Sono-Vigília pode também ter como fator de risco ocupacional os problemas de emprego/desemprego, má adaptação à organização do horário de trabalho (turnos ou horário noturno) e outras circunstâncias relativas às condições de trabalho. Lembra também no caso dos estudantes trabalhando na compensação bancária.

Segue comentando que desde 1980 Freudenberger emprega o termo *Burnout*

para designar uma síndrome apresentada por trabalhadores que sofreram esgotamento profissional vinculado a uma exposição contínua a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Caracteriza-se por sintomas como exaustão emocional, com sentimentos de desgaste emocional e esvaziamento afetivo; despersonalização, entendida como uma reação negativa, insensibilidade ou afastamento excessivo do público ou dos pacientes que deveriam receber os serviços ou cuidados, diminuição do envolvimento pessoal no trabalho ou sentimento de diminuição de competência e de sucesso no trabalho. (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.67)

Camargo *et. all.* (2010, p.67) refere que na fase prodrômica existe uma perda gradativa do entusiasmo, posteriormente ocorrendo uma vivência de tédio associada à irritabilidade e alterações de humor, muitas vezes negados pelo indivíduo. Posteriormente ocorre crescente irritabilidade, manifestações de agressividade, alterações do sono, perda do autocontrole emocional, manifestações depressivas relacionadas à decepção, indisposição e desinteresse pelo trabalho. Sintomas inespecíficos como fadiga, tristeza, angústia, tremores, inquietação e outros também são apontados. Pessoas com essa síndrome parecem estar mais sujeitas a uma maior incidência de consumo de álcool e substâncias psicoativas, e a sofrer conflitos conjugais e familiares.

Professores, enfermeiros, médicos, policiais, agentes penitenciários, assistentes sociais e aqueles que são submetidos às mudanças organizacionais como dispensas temporárias e enxugamento estão mais sujeitos à Síndrome de *Burnout* (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.68). Ela pode estar vinculada a fatores que influenciam o estado de saúde como: ritmo de trabalho penoso e outras dificuldades físicas e mentais relacionadas ao trabalho. Quanto aonexo causal, o *Burnout* pode ser classificado no Grupo II da Classificação de Schilling no qual o trabalho pode ser considerado fator de risco no conjunto de fatores associados com a etiologia multicausal dessa doença.

De acordo com Camargo *et. all.* (2010, p.68) é preciso diferenciar tensão no trabalho, *Burnout* e depressão clínica por se tratarem de entidades diferentes com sintomas comuns. É importante uma boa anamnese, valorizando as queixas, a história, a análise da situação de trabalho. Como escala de avaliação da Síndrome de *Burnout* a mais utilizada tem sido a *Maslach Burnout Inventory*.

Camargo *et. all.* (2010, p.69) afirma que Selligman_Silva, uma das pioneiras

na realização de pesquisas sobre saúde mental e trabalho, propõe duas síndromes neuróticas relacionadas ao trabalho: a paranóide e a depressiva. A síndrome paranóide estaria associada à violência no trabalho (*mobbing* ou terrorismo psicológico), às situações de mudança organizacional, diante do temor de perder o emprego e a fatores organizacionais tais como dispositivos rígidos de controle e práticas punitivas. Seriam caracterizadas por ideias e fantasias de conteúdo persecutório, fortes sentimentos de insegurança e vivências de ameaças em determinadas situações com aspectos e pressões de tipos potencialmente persecutórios. São também observadas manifestações de ansiedade com teor persecutório que podem interferir nos relacionamentos interpessoais, variados graus de irritabilidade e distúrbios do sono.

Comenta Camargo *et. all.* (2010, p.81-82) que os fatores psicossociais e organizacionais tem sido estudados em seus vários aspectos por especialistas internacionais da OIT, destacando-se aqueles relativos ao estresse ocupacional devido a sua relevância no desencadeamento e agravo desses transtornos. Fatores como o tabagismo, o consumo de cafeína, os transtornos do sono e o absenteísmo podem interferir nas reações ao estresse. Enfermidades cardiovasculares e os problemas gastrointestinais são efeitos crônicos do estresse e assédio sexual e violência nos locais de trabalho são fatores interpessoais.

Camargo *et. all.* (2010, p.83) ensina que a violência no local de trabalho é um problema transcultural que inclui agressões psicológicas, intimidação, coação, perseguição, além de violência física e homicídio. Refere que essas agressões têm sido abordadas pela OIT. Define-se ainda que a violência no local de trabalho é física e verbal, de procedência global e atravessa a fronteira do ambiente de trabalho e das categorias profissionais.

Camargo *et. all.* (2010, p. 83-84) ensina que para o *National Institute for Occupational Safety & Health* (NIOSHI) os serviços de táxi apresentam as taxas mais altas de homicídio ocupacional, enquanto a OIT mostra também um alto índice de homicídios entre policiais e detetives, trabalhadores de postos de gasolina e garagens e guardas de segurança. Trabalhadores que exercem suas funções de forma solitária são um alvo fácil especialmente quando trabalham em horário noturno. Além disso, esse risco é consideravelmente maior para mulheres nas seguintes ocupações; magistério, enfermagem, serviço social, bancos e comércio.

Camargo *et. all.* (2010, p.84) explica que a violência é um importante fator

estressor que afeta atitudes e comportamentos do trabalhador, interfere nas relações de trabalho e na saúde, revelando de forma sutil a violência das organizações. Entre os fatores de risco para o desenvolvimento dos comportamentos agressivos ou violentos, segundo a OIT destacam-se o uso de drogas e do álcool; condições nocivas de trabalho, problemas relacionados à organização e à gestão inadequada de pessoal com uso de violência, que podem resultar ou agravar quadros clínicos diversos, como ansiedade, medo, depressão, tensão, irritabilidade, fadiga, mal-estar, insônia, inapetência, distúrbios psicossomáticos, transtornos por estresse pós-traumático e, em alguns casos, quadros psicóticos orgânicos, síndrome de fadiga, síndrome depressiva e reação grave ao estresse.

Camargo *et. all.* (2010, p.84) explica ainda o assédio psicológico ou *mobbing*, no âmbito laboral como uma forma de violência relacionada ao trabalho, no qual atitudes de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, liderado ou manipulado por um indivíduo, expõe um colega de trabalho ao assédio psicológico importunando-o com críticas ou comentários negativos, isolamento, disseminação de rumores ou ridicularização. Ao sofrer esse assédio, esse trabalhador desenvolve distúrbios do sono, sensação contínua de cansaço, cefaleia, falta de concentração, estresse laboral, depressão e irritabilidade extrema.

Quanto ao assédio sexual, Camargo *et. all.* (2010, p.85) ensina que o dano provocado é de ordem psicológica, podendo ir da simples repulsa até distúrbios psiquiátricos mais graves, sendo que em geral as vítimas se refugiam em pedidos de licença de longa duração por motivo de doença ou demitem-se. Entre os sintomas de exposição estão as condutas de evitação, ideações recorrentes, o desenvolvimento de fobias e alterações do sono, disforia, transtorno obsessivo, transtorno bipolar, depressão e ansiedade. E ainda, alterações de conduta relacionados ao uso de drogas, consumo de tabaco, abuso de álcool e conflitos familiares, divórcios, suicídios e até afecções fisiológicas, como hipertensão, transtornos dermatológicos, problemas digestivos e propensão para acidentes cardiovasculares.

4 CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO E IMPLICAÇÕES MÉDICO-LEGAIS E PREVIDENCIÁRIAS DAS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

De acordo com Silva (2008, p.67-69) o direito à saúde como gênero e o direito à saúde do trabalhador, como espécie são direitos humanos. Sendo assim, trata-se de direito inalienável, imprescritível e irrenunciável. E é um direito natural de todos os trabalhadores, em todos os tempos e lugares, ainda que sua positivação tenha ocorrido tardiamente. Se a saúde do trabalhador é algo inerente, imanente, em respeito à sua dignidade essencial e até mesmo para uma boa prestação de serviços ao empregador, trata-se de um direito natural, no sentido de intrínseco à conformação de sua personalidade e de seu desenvolvimento enquanto pessoa. É um direito imprescindível ao ser humano, dotado de um conteúdo essencial, identificado nas condições mínimas que devem ser atendidas para a sua satisfação, já que compromete um rol de necessidades básicas do ser humano. Segundo ele, configura ainda um direito individual subjetivo à sua proteção.

Na complementaridade entre os direitos à vida, à saúde em sentido estrito e ao meio ambiente equilibrado, é que se identifica o conteúdo essencial do direito em questão. Na Constituição Federal em seus artigos 1º, 5º, 6º, 7º, 200 e 225 (Vade Mecum 2012, p.7-71), se encontra a nítida interdependência entre os direitos à vida, à saúde do trabalhador e ao meio ambiente do trabalho equilibrado, interpretação levada a efeito com base no princípio ontológico da dignidade da pessoa humana, um valor praticamente absoluto no sistema jurídico prático.

Silva (2008, p.125) refere que se busca atualmente atingir uma boa qualidade de vida para as pessoas e, no ambiente laboral, para o trabalhador. Segundo o artigo 225 da Constituição Federal, o meio ambiente deve proporcionar às pessoas uma sadia qualidade de vida. E se o meio ambiente do trabalho integra o meio ambiente geral (art.200, inciso VIII da CF), também na empresa deve o trabalhador encontrar condições que lhe assegurem uma boa qualidade de trabalho e em consequência, de vida.

Cita ainda que já não se preocupa apenas com o posto de trabalho, mas com todo o ambiente laboral, não somente o físico, mas todo o complexo de relações humanas na empresa, a forma de organização do trabalho, sua duração, o ritmo de trabalho, a divisão de turnos, os critérios de remuneração, as possibilidades de

progresso da empresa, o clima de trabalho, a satisfação dos trabalhadores. E, além disso, preocupa-se também com o ambiente externo à empresa, com o local em que vive o trabalhador, com o que ele come.

De acordo com Silva (2008, p.135) cuida-se também da saúde mental do trabalhador, procurando-se efetuar um controle sobre o ambiente psicossocial. Nos últimos cinquenta anos a saúde mental do trabalhador tem despertado a atenção cada dia maior dos atores jurídicos, sendo digna de nota recente o estresse ocupacional e, sobretudo com o assédio moral dos trabalhadores. Ao ambiente de trabalho, portanto, não basta ser salubre, precisa ainda proporcionar à pessoa que desempenha o serviço, a não interferência negativa no seu estado emocional.

Camargo *et. all.* (2010, p.89-90) afirma que as implicações médico-legais e previdenciárias das doenças relacionadas ao trabalho necessitam ser conhecidas e cumpridas pelos médicos e outros profissionais das áreas especializadas de prestação de serviços de saúde. Vale destacar o importante papel desempenhado pelos profissionais da área de saúde, especialmente médicos e psicólogos na prestação de auxílio à Justiça, atuando na busca do esclarecimento de fatos relevantes para o julgamento de processos, sobretudo na área das relações de trabalho, e em particular, dentro do campo da reparação de danos.

Comenta Camargo *et. all.* (2010, p.90) que para poder decidir o conflito que constitui o objeto do processo, o juiz necessita estar convencido a respeito dos fatos da causa para a aplicação da Lei. Devido à controvérsia das partes, na maioria das vezes, é indispensável realizar no processo a atividade de produção da prova, com a exata retrospectiva dos fatos, permitindo ao juiz formar o seu convencimento. A demonstração dos fatos ou das provas pode ser realizada por diversos meios previstos na legislação como: documento, confissão, testemunha, perícia. A prova pericial constitui um dos mais importantes meios de informação à disposição do juiz, pois é por seu intermédio que o julgador vai obter os conhecimentos técnicos especializados necessários para a apuração e análise dos fatos, objeto do processo. O juiz é o destinatário da prova, pois cabe a ele expressar o seu convencimento a respeito dos fatos, no instante em que profere a sentença.

Camargo *et. all.* (2010, p.91) ensina que há enfoques distintos de acordo com o tipo de discussão que se tenha no processo e conforme a natureza da matéria, diversa será a competência para julgamento. A esse respeito, a competência se definiu com a edição da Emenda Constitucional nº45/2004 que deu nova redação ao

artigo 114, I da Constituição Federal (Vade Mecum, 2012, p.108). Ações que buscam obter benefícios previdenciários em geral são de competência da Justiça Federal. Demandas que pleiteiam benefícios acidentários frente ao INSS competem a Justiça Comum Estadual e ações de indenização por acidente de trabalho propostas em face dos empregadores se inserem no âmbito da Justiça do Trabalho.

Camargo *et. all.* segue dizendo que (2010, p.92) o artigo 333 do Código de Processo Civil (Vade Mecum, 2012, p. 381) estabelece, em síntese, que ao autor incumbe demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, ao passo que ao réu cabe a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. A prova deve recair sobre os fatos controvertidos e a incumbência de provar recai sobre a parte que teve a iniciativa da alegação. As partes têm a liberdade de produzir provas a respeito de todos os fatos controversos e uma vez produzidas, seja por quem for e seja qual for o resultado, a prova pertence ao processo e será naturalmente considerada pelo juiz, sem levar em conta a quem cabe o respectivo ônus.

Camargo *et. all.* (2010, p.92) explica que na sentença, o juiz realiza a análise de todos os elementos para buscar formar o seu convencimento. Se os dados não forem suficientes para formar esse convencimento, qualquer convicção a respeito do fato, apesar de esgotada a atividade de colheita de provas, resta ao juiz aplicar a regra do artigo 333 do CPC atribuindo à parte (a quem cabia o respectivo ônus) as consequências da indemonstração, ou levando à improcedência do pedido por parte do autor ou levando à condenação do demandado se o réu não provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Camargo *et. all.* (2010, p.93) ensina que a preocupação se encontra no estudo da responsabilidade civil, quando alguém está obrigado a reparar os danos oriundos de situações descritas em Lei. O prejuízo pode decorrer do descumprimento de uma obrigação decorrente de um contrato e neste caso, se tem a chamada responsabilidade contratual. A obrigação de indenização como resultado da infringência de um dever legal está vinculada a responsabilidade extracontratual a qual se subdivide em subjetiva e objetiva, quando na primeira o elemento culpa está relacionado e na segunda existe a previsão legal.

Camargo *et. all.* (2010, p.93) cita que de acordo com o artigo 186 do Código Civil (Vade Mecum, 2012, p.163) aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Portanto são requisitos para a configuração

do ato ilícito e conseqüente dever de indenizar: a ação ou omissão voluntária, atos de negligência ou imprudência, a relação de causalidade, o dano e a culpa.

A reparação do dano comporta, segundo Camargo *et. all.* (2010, p.94), duas formas possíveis, a específica ou *in natura* que permite fazer com que as coisas voltem ao estado anterior e a indenização que é a medida adequada para as situações em que se torna inviável a reposição na forma específica, estabelecendo-se assim uma compensação da perda da forma mais equilibrada possível.

Camargo *et. all.* (2010, p.95-97) explica que o dano pode ser patrimonial, moral e psíquico. O dano psíquico está situado no campo da proteção à saúde e constitui-se em patologia por deterioração, disfunção e distúrbios nas áreas afetivas e intelectivas, limitando a capacidade de gozo individual, familiar e social. Já o dano moral não implica conformação patológica do indivíduo, traduzindo simplesmente a ideia de sofrimento por causa de lesões à pessoa ou a seus familiares. O dano psíquico é passível de tratamento médico adequado, diferentemente do dano moral, que por estar relacionado ao sofrimento da alma, tem a sua reparação fixada caso a caso, segundo o prudente arbítrio do juiz que atribuirá uma compensação pecuniária pela dor.

Segundo a sistemática legal, Camargo *et. all.* (2010, p.98) explica que se exclui o nexó causal diante da contestação de culpa exclusiva da vítima, do fato de terceiro, além do caso fortuito e de força maior.

Quanto à culpa, Camargo *et. all.* (2010, p.98) cita que agir com culpa significa atuar o agente em termos de, pessoalmente, merecer a censura ou reprovação do direito. E o agente só pode ser pessoalmente censurado ou reprovado na sua conduta quando, em face das circunstâncias concretas da situação, caiba afirmar que ele podia e devia ter agido de outro modo. A culpa é graduada em grave ou *lata*, leve e levíssima, mas qualquer que seja a modalidade de culpa, em princípio, estará presente o dever de indenizar. Continua diferenciando a culpa *in eligendo*, decorrente da má escolha do representante ou preposto, como contratação de empregado inabilitado, da culpa *in vigilando*, relacionada à falta de fiscalização do patrão quanto ao comportamento de seus empregados ou terceiros sob o seu comando.

Na responsabilidade extracontratual objetiva, Camargo *et. all.* (2010, p.99) explana que o exercício de atividade que possa oferecer algum perigo determina ao agente a obrigação de ressarcir os danos que dela venham resultar a terceiros,

sobretudo porque essa atividade de risco lhe proporciona um benefício. Dessa forma, a responsabilidade passa a ser objetiva, não dependendo da constatação de dolo ou culpa do agente, bastando a vítima simplesmente comprovar o fato, o dano e o nexo causal.

No âmbito laboral são inúmeras as probabilidades da ocorrência de ações de reparação por danos morais e psíquicos sendo descritas nas fases contratuais do empregado em relação ao seu emprego várias situações em que o processo por reparação desses danos pode ser desencadeada. Inicialmente a fase pré-contratual com os atos discriminatórios. Na sequência, a fase contratual com rebaixamento funcional e assédio sexual. Posteriormente a fase de extinção do contrato do emprego com demissão de caráter discriminatório, injuriosa, caluniosa ou difamatória. E a fase pós-contratual com informações desabonadas ou inverídicas e a difusão das listas negras (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.111).

Pela recomendação 112, a OIT (1966) propõe assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo o risco que prejudique a sua saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições em que se efetue. Propõe ainda, contribuir para a adaptação física e mental dos trabalhadores, em particular pela adequação do trabalho e pela colocação do trabalhador em lugares correspondentes às suas aptidões; assim como contribuir para o estabelecimento e a manutenção do nível mais elevado possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

5 PROPOSTAS DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

A saúde do trabalhador é por natureza, um campo interdisciplinar e multiprofissional. As análises dos processos de trabalho, pela sua complexidade, tornam a interdisciplinaridade uma exigência intrínseca que necessita preservar a autonomia e a profundidade do conhecimento de cada profissional envolvido e de articular os fragmentos dos resultados das informações, ultrapassando e ampliando a compreensão pluridimensional dos objetos (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.115).

Segue dizendo que entre as várias áreas de conhecimento e especialidades envolvidas na saúde do trabalhador, destacam-se as ciências sociais e humanas

como a psicologia, a assistência social e a sociologia, as ciências biomédicas como a clínica e suas especialidades, a medicina do trabalho e a toxicologia e áreas mais tecnológicas como a higiene e a engenharia de segurança do trabalho, a engenharia de produção e a ergonomia (CAMARGO *et. all.*, 2010, p.115).

Na atuação dos profissionais de saúde no trabalho, Camargo *et. all.* (2010, p.116), afirma ser necessário o conhecimento de diferentes disciplinas incorporadas no processo de ampliação da atuação nas situações de trabalho. Isto é, para compreender as repercussões na saúde dos trabalhadores faz-se necessário conhecer os conteúdos da epidemiologia, da clínica, da medicina do trabalho e da psicodinâmica do trabalho.

De acordo com Camargo *et. all.* (2010, p.107), propõe-se aos profissionais da saúde e do trabalho a análise detalhada de alguns critérios diagnósticos que considerem os aspectos ocupacionais, sociais e psíquicos do trabalhador, que poderão ser utilizados nos exames ocupacionais de rotina descritos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, nas avaliações clínicas ambulatoriais e donexo causal. Sugere-se que a anamnese seja completa e direcionada para as questões ocupacionais, com relatos minuciosos dos antecedentes pessoais e familiares, o exame mental e os complementares. Importante ainda destacar o conhecimento dos aspectos epidemiológicos e os fatores de risco de natureza ocupacional, no auxílio diagnóstico e na compreensão do nexocausal.

Camargo *et. all.* (2010, p.117) comenta que a investigação da relação saúde e trabalho sob o prisma de saúde dos trabalhadores traduz duas consequências importantes quanto à melhoria das condições de trabalho: a primeira trata da percepção de que os trabalhadores devem participar na resolução dos problemas e, a segunda propõe que a avaliação do ambiente de trabalho deve abranger aspectos da organização do mesmo e da qualidade de vida dos trabalhadores no próprio local de trabalho e mobilização dos representantes dos trabalhadores, ou seja, os sindicatos.

Segue dizendo, que a saúde do trabalhador busca a integração entre investigação, formação e intervenção, transformando as situações de trabalho de acordo com as solicitações dos trabalhadores organizados através dos sindicatos. Os resultados dessas ações se concretizam na formação de programas, os quais desenvolvem ações interinstitucionais para assistência e vigilância dos ambientes de trabalho e centros de referência em saúde do trabalhador (CAMARGO *et. all.*, 2010,

p.117).

De acordo com Camargo *et. all.* (2010, p.118-119) as repercussões na saúde dos trabalhadores podem ser divididas em doenças do trabalho ou relacionadas ao trabalho; distúrbios ou alterações laboratoriais e funcionais e perfil de saúde. Ensina que as doenças do trabalho são classificadas em doenças diretamente causadas pela nocividade da matéria manipulada, doenças profissionais, doenças específicas ou tecnopatias; doenças produzidas pelas condições de trabalho como doenças do trabalho, doenças inespecíficas ou mesopatias; e doenças relacionadas ao trabalho como distúrbios comportamentais e doenças psicossomáticas, hipertensão arterial sistêmica, doenças respiratórias crônicas e outras. Já o perfil de saúde inclui a caracterização da população trabalhadora em relação às condições de vida e socioeconômicas; aos hábitos alimentares, sociais, de sono, de atividade física; e em relação às doenças crônicas como hipertensão, obesidade, diabetes, entre outras.

Alguns autores utilizam para seus trabalhos de pesquisa o Inventário de *Burnout de Maslach* (Lautert, 2007). Neste inventário são aplicados 52 questões com a possibilidade de uma das seguintes respostas: 1- Nunca. 2- Algumas vezes ao ano. 3- Algumas vezes ao mês. 4- Algumas vezes na semana. 5- Diariamente.

Também pode ser utilizado o inventário sobre o contexto do trabalho (Lautert, 2007). Nesse, a escala de conversão vai analisar a ambiguidade de funções, a estrutura organizacional, a sobrecarga de trabalho quantitativa, a sobrecarga de trabalho qualitativa, o desenvolvimento da carreira e as relações interpessoais.

5.1 PROPOSTAS

Após essa breve abordagem sobre violência escolar, saúde ocupacional, normatizações e implicações legais relacionadas ao tema, apresentaremos algumas propostas para a realização de um levantamento de saúde ocupacional dos professores.

O pesquisador sempre se questiona qual o foco, o objetivo principal, enfim o cerne do seu estudo. Nesse estudo, nos questionamos também com a finalidade de escolher para qual professor (do ensino fundamental, médio, ensino superior) esses

protocolos se destinariam com mais eficácia. Percebemos, ao trilhar o caminho, que essas propostas de levantamento abrangem o professor onde quer que ele trabalhe, seja em escolas municipais, estaduais, técnicas, assim como em escolas particulares, em universidades e em outras categorias de escolas.

Poderia sim, ter variantes na abordagem, mas o foco é a saúde ocupacional do professor e neste caso relacionada à possível exposição à violência escolar. Já foi constatado pela literatura pertinente que muitas vezes o professor possui mais de um vínculo, podendo este ser diferente quanto a sua categoria.

Considero importante, inicialmente, traçar algumas propostas e posteriormente, se possível elaborar uma sugestão de protocolo de levantamento. Esse protocolo poderia servir de instrumento para a coleta de dados, contribuir para a uniformização dos procedimentos em qualquer instância. Poderia servir também de proposta de elementos a se considerar em programas de intervenção dirigidos aos professores e à organização de ensino, a fim de melhorar o seu grau de satisfação profissional. A seguir destacaremos alguns aspectos em relação a essas propostas:

- a) Seria oferecida a participação ao professor, indiscriminadamente, seja ele da escola municipal, estadual, técnica, particular, de ensino superior ou mesmo em pós-graduação, enfim, todas as previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE da Norma Regulamentadora 4 do Ministério do Trabalho (Manual de Legislação Atlas de Segurança e Medicina do Trabalho, 2010, p. 48-49).
- b) Justificaria essa abrangência após constatarmos pela explanação de alguns autores que a violência traz um silenciamento que precisa ser atendido, pois envolve além da saúde do professor, a sua satisfação profissional, questões políticas e questões públicas, com repercussão no desenvolvimento do nosso país.
- c) Essas propostas de levantamento não são estanques, podendo passar por reformulações ou adaptações por médicos do trabalho, médicos em geral e quem sabe, por equipes multidisciplinares coordenadas por um médico do trabalho, para eventualmente serem concretizadas.

- d) Precisaria do consentimento do participante, ou seja, do professor, do médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e das organizações relacionadas ao seu vínculo.
- e) A abordagem é médica, com informações confidenciais e acessíveis apenas ao coordenador do PCMSO e sua equipe médica ou equipe sob sua responsabilidade ética e profissional.
- f) Proporia um trabalho inicial de levantamento médico e junto com a equipe de medicina do trabalho organizacional levantaria as questões que pudessem estar comprometendo a saúde do professor.
- g) Por se tratar de um levantamento médico-ocupacional, não seria necessário haver a identificação dos participantes, nem mesmo obrigação de fazê-lo. Seria um convite, visando atitudes para a melhoria do seu bem-estar, da sua qualidade de vida, o que certamente repercutiria no todo, na escola, na educação, no aluno, na paz, no desenvolvimento.
- h) Para uniformizar essa proposta elaboraríamos um protocolo de levantamento de saúde ocupacional contendo três partes. O primeiro levantando o perfil do professor. O segundo analisando a saúde ocupacional do professor e o terceiro relacionado à saúde ocupacional do professor com a violência escolar da respectiva instituição.
- i) Este protocolo seria formado por um questionário auto-aplicável e seria recolhido em envelopes lacrados pela equipe aplicadora do mesmo.
- j) Posteriormente seria produzido um relatório geral, destinado à instituição envolvida, com possível aproveitamento por organizações diretas ou indiretas, interdisciplinares, multissetoriais e intersetoriais, com a finalidade de sintetizar os principais aspectos relacionados ao levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Seria abordada a frequência da violência escolar naquela instituição, as repercussões do tema no trabalho, bem como a condição e a organização do trabalho daquela instituição.
- k) Seria elaborado também um relatório específico destinado ao Médico Coordenador do PCMSO da respectiva instituição e à sua equipe de Medicina do Trabalho, dentro dos princípios éticos da medicina e dotado de profundo respeito a essa classe profissional, com a finalidade de rastrear a saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Seria abordado sobre a necessidade do apoio institucional ao Serviço de Engenharia de Segurança e

Medicina do Trabalho - SESMT, sobre a necessidade ou não de medidas extraordinárias ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, sobre a necessidade ou não do envolvimento de outras especialidades médicas e sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e nos programas de saúde ocupacional específicos. Seria ainda oferecido um espaço ao coordenador médico do PCMSO para sugestões neste relatório.

- l) Para a conversão destas questões poderia ser oportunamente elaborada uma escala, mas para isso necessitaríamos de um estudo específico multidisciplinar.
- m) Propomos então para esse trabalho, a realização de um protocolo de levantamento de saúde ocupacional e a realização de dois relatórios, sendo um geral, para autoridades não médicas e outro específico, para o coordenador do PCMSO e sua equipe de Medicina do Trabalho.
- n) Naturalmente haverá necessidade de treinamento do pessoal envolvido com a aplicação do protocolo e da execução dos respectivos relatórios.

PROTOCOLO DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Versão Maria Rosa Riskalla Jakobi - 2012

Orientação Paulo Rogério Arnt

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estamos convidando você, professor, a preencher voluntariamente esse questionário, não identificável, estritamente sigiloso, auto-aplicável, para que posteriormente possamos, face à violência escolar, identificar e dimensionar o seu estado de saúde ocupacional e ainda, coletar dados, uniformizar procedimentos em qualquer instância, propor elementos aos programas de intervenção dirigidos aos professores e à organização, elaborar relatórios, entre inúmeras outras possibilidades, a fim de melhorar a sua condição de trabalho, o seu grau de satisfação profissional e a sua qualidade de vida, além de proteger e promover a sua saúde no ambiente de trabalho.

Trata-se de um trabalho científico, da área da Medicina do Trabalho, sem fins lucrativos, sem especulações que não tenham características científicas.

Na hipótese de dúvidas quanto ao seu preenchimento, deverá ser solicitado orientação ao aplicador do protocolo.

Desejando criticar ou fornecer sugestões deixaremos ao final do questionário um espaço disponível para isso.

Precisaremos apenas do seu consentimento para a aplicação do referido protocolo, que será fornecido em formulário isolado e recolhido em envelope lacrado, juntamente com o consentimento dos demais professores do corpo docente de sua instituição.

A sua instituição, inicialmente, também deverá consentir para a efetiva aplicação desse protocolo ao seu corpo docente, bem como o médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da sua instituição deverá fazê-lo.

Contamos com você!

**CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
SOBRE PROPOSTAS DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL
DOS PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Solicito a colaboração dessa instituição, no sentido de autorizar a realização de um levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar, com o objetivo de conhecer o ambiente no qual o professor desenvolve o seu trabalho e identificar possíveis exposições a esse tipo de violência e suas repercussões. Servirá como proposta de elementos a considerar em programas de intervenção dirigidos aos professores e à organização com a finalidade de oportunizar a promoção de melhorias nas condições de trabalho, na qualidade de vida e na satisfação pessoal dessa categoria profissional.

Esse levantamento é constituído de três partes não identificáveis, imediatamente lacradas ao final do seu preenchimento, estritamente confidenciais e em nenhum caso acessível às pessoas estranhas à pesquisa. Será composto também por um relatório geral destinado a essa instituição e um relatório específico destinado ao médico coordenador responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e sua equipe de Medicina do Trabalho desta instituição.

No relatório geral serão abordadas questões gerais da instituição, em relação ao levantamento, sem identificação dos participantes, como por exemplo, a frequência da violência escolar nesta instituição, as repercussões do tema no trabalho, bem como a condição e a organização do trabalho.

Poderá ser útil para embasar diretrizes, orientar pesquisas, fornecer estatísticas, permitir sugestões, favorecer atitudes e metas pelas organizações diretas ou indiretas, interdisciplinares, multissetoriais e intersetoriais, entre outras possibilidades.

O relatório específico destina-se ao Coordenador do PCMSO e sua equipe de Medicina do Trabalho desta instituição. Foi elaborado com a finalidade de rastrear a saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Será abordada sobre a necessidade do apoio institucional ao Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, sobre a necessidade ou não de medidas extraordinárias ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, sobre a necessidade ou não do envolvimento de outras especialidades médicas e

sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e nos programas de saúde ocupacional específicos. Será ainda oferecido um espaço ao coordenador médico do PCMSO para sugestões neste relatório.

Pelo presente Consentimento pós-informação, declaramos que fomos informados de forma clara e detalhada acerca dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos aos quais os professores desta instituição serão submetidos e dos benefícios do presente levantamento.

Fomos igualmente informados:

- da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados à investigação;
- da liberdade de retirar o nosso consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo a essa instituição;
- da segurança de que os professores não serão identificados e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade dos mesmos;
- do compromisso de proporcionar aos professores informações atualizadas, ainda que esse procedimento possa afetar a nossa vontade de continuar participando;
- esse documento deverá ser assinado em duas vias, de igual teor, ficando uma das vias em poder desta instituição e outra com o (a) pesquisador (a).

O (A) pesquisador (a) desse levantamento é _____

Tendo esse documento sido revisado e aprovado pelo comitê de ética dessa instituição em ____/____/____.

Nome seguido de assinatura da instituição: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Data: ____/____/____.

**CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DO MÉDICO COORDENADOR DO
PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL SOBRE
PROPOSTAS DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS
PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Solicito sua colaboração no sentido de participar do presente levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar com o objetivo de conhecer o ambiente onde os mesmos desenvolvem o seu trabalho e identificar possíveis exposições a esse tipo de violência e suas repercussões. Servirá como proposta de elementos a considerar em programas de intervenção dirigidos aos professores e à organização a fim de proporcionar melhorias nas suas condições de trabalho, sua qualidade de vida e sua satisfação pessoal.

Esse levantamento é constituído de três partes não identificáveis, imediatamente lacradas ao final do seu preenchimento, estritamente confidenciais e em nenhum caso acessível às pessoas estranhas à pesquisa. Será composto também por um relatório geral destinado à instituição ao qual o professor e os demais colegas do corpo docente estão vinculados e um relatório específico destinado a você, médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e sua equipe de Medicina do Trabalho dessa instituição.

No relatório geral serão abordadas questões gerais da instituição em relação ao levantamento, sem identificação dos participantes, como por exemplo, a frequência da violência escolar nesta instituição, as repercussões do tema no seu trabalho, bem como a condição e a organização do trabalho nesta instituição. Poderá ser útil para embasar diretrizes, orientar pesquisas, fornecer estatísticas, permitir sugestões, favorecer atitudes e metas pelas organizações diretas ou indiretas, interdisciplinares, multissetoriais e intersetoriais, entre outras possibilidades.

O relatório específico destina-se ao Coordenador do PCMSO e sua equipe de Medicina do Trabalho, da instituição ao qual o corpo docente está vinculado. Foi elaborado com a finalidade de rastrear a saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Será abordado sobre a necessidade do apoio institucional ao Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, sobre a necessidade ou não de medidas extraordinárias ao Programa de Controle Médico de

Saúde Ocupacional - PCMSO, sobre a necessidade ou não do envolvimento de outras especialidades médicas e sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e nos programas de saúde ocupacional específicos. Será ainda oferecido um espaço a você, coordenador médico do PCMSO para sugestões neste relatório.

Pelo presente Consentimento pós-informação, declaro que fui informado de forma clara e detalhada dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos ao qual serão submetidos os professores e dos benefícios do presente levantamento.

Fui igualmente informado:

- da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados à investigação;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo a mim;
- da segurança de que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que essa possa afetar minha vontade de continuar participando;
- esse documento deverá ser assinado em duas vias, de igual teor, ficando uma das vias em poder do coordenador do PCMSO e outra com o (a) pesquisador (a).

O (A) pesquisador (a) desse levantamento é _____

Tendo esse documento sido revisado e aprovado pelo comitê de ética dessa instituição em ____/____/____.

Nome seguido de assinatura do coordenador do PCMSO: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Data: ____/____/____.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DO PARTICIPANTE SOBRE PROPOSTAS DE LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFESSORES FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Solicito sua colaboração no sentido de participar do presente levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar com o objetivo de conhecer o ambiente onde você desenvolve o seu trabalho e identificar possíveis exposições a esse tipo de violência e suas repercussões. Servirá como proposta de elementos a considerar em programas de intervenção dirigidos aos professores e à organização a fim de melhorias nas suas condições de trabalho, sua qualidade de vida e sua satisfação pessoal.

Esse levantamento é constituído de três partes não identificáveis, imediatamente lacradas ao final do seu preenchimento, estritamente confidenciais e em nenhum caso acessível às pessoas estranhas à pesquisa. Será composto também por um relatório geral destinado à instituição ao qual você e os demais professores do corpo docente estão vinculados e um relatório específico destinado ao médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e sua equipe de Medicina do Trabalho, responsável pela sua instituição.

No relatório geral serão abordadas questões gerais da instituição em relação ao levantamento, sem identificação dos participantes, como por exemplo, a frequência da violência escolar nesta instituição, as repercussões do tema no seu trabalho, bem como a condição e a organização do trabalho da sua instituição. Poderá ser útil para embasar diretrizes, orientar pesquisas, fornecer estatísticas, permitir sugestões, favorecer atitudes e metas pelas organizações diretas ou indiretas, interdisciplinares, multissetoriais e intersetoriais, entre outras possibilidades.

O relatório específico destina-se ao Coordenador do PCMSO e sua equipe de Medicina do Trabalho, da instituição a qual você e o demais docentes estão vinculados. Foi elaborado com a finalidade de rastrear a saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Será abordada sobre a necessidade do apoio institucional ao Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, sobre a necessidade ou não de medidas extraordinárias ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, sobre a necessidade ou não do

envolvimento de outras especialidades médicas e sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e nos programas de saúde ocupacional específicos. Será ainda oferecido um espaço ao coordenador médico do PCMSO para sugestões neste relatório.

Pelo presente Consentimento pós-informação, declaro que fui informado de forma clara e detalhada dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos a que serei submetido e dos benefícios do presente levantamento.

Fui igualmente informado:

- da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados à investigação;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo a mim;
- da segurança de que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que essa possa afetar minha vontade de continuar participando;
- esse documento deverá ser assinado em duas vias, de igual teor, ficando uma das vias em poder do sujeito da amostra e outra com o (a) pesquisador (a).

O (A) pesquisador (a) desse levantamento é _____

Tendo esse documento sido revisado e aprovado pelo comitê de ética dessa instituição em ____/____/____.

Nome seguido de assinatura do participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Data: ____/____/____.

PARTE I – PERFIL DO PROFESSOR

1- Idade:

 < 18 anos 18-25 anos 26-30 anos 31- 35 anos 36-40 anos 41-45 anos 46-50 anos 51-55 anos 56-60 anos 61-65 anos 66-70 anos 71-75 anos > 76 anos

2- Sexo:

 Feminino Masculino

3- Estado civil:

 Solteiro (a) Casado (a) Separado (a) Divorciado (a) Viúvo (a) Outros

4- Escolaridade:

 Ensino superior - graduação Pós-graduação Mestrado Doutorado Outras

5- Idiomas estrangeiros (pode ser assinalado mais de um idioma):

 Inglês: Lê Lê e escreve Somente entende Francês: Lê Lê e escreve Somente entende

- () Alemão:
 () Lê () Lê e escreve () Somente entende
- () Italiano:
 () Lê () Lê e escreve () Somente entende
- () Espanhol:
 () Lê () Lê e escreve () Somente entende
- () Outras: _____:
 () Lê () Lê e escreve () Somente entende
 _____:
 () Lê () Lê e escreve () Somente entende

6- Vínculos:

- () Um
() Dois
() Três
() Mais de três

7- Jornada total de trabalho diária em todas as atividades, incluindo às não relacionadas à educação:

- () 4 horas
() 6 horas
() 8 horas
() 10 horas
() 12 horas
() Mais de 12 horas

8- Jornada de trabalho diária na atividade de professor em todas as disciplinas vinculadas:

- () 4 horas
() 6 horas
() 8 horas
() 10 horas
() 12 horas
() Mais de 12 horas

9- Jornada de trabalho diária na atividade de professor em cada disciplina vinculada:

- Disciplina 1 _____ horas diárias
 - Disciplina 2 _____ horas diárias
 - Disciplina 3 _____ horas diárias
 - Disciplina 4 _____ horas diárias
 - Outras possibilidades:
-

10- Jornada de trabalho diária na atividade extracurricular de professor, lecionando aulas particulares, aulas de reforço entre outras:

- 4 horas
- 6 horas
- 8 horas
- 10 horas
- 12 horas
- Mais de 12 horas
- Não ocorre

11- Categoria de atividade(s) como professor de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (pode ser assinalado mais de uma atividade):

- Educação infantil – creche
- Educação infantil – pré-escola
- Educação infantil – ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior – graduação
- Ensino superior – graduação e pós-graduação
- Ensino superior – pós-graduação e extensão (incluindo mestrado e doutorado)
- Educação profissional de nível técnico
- Educação profissional de nível tecnológico
- Atividades de apoio à educação
- Ensino de esportes

- Ensino de arte e cultura
 - Ensino de idiomas
 - Atividades de ensino não especificadas anteriormente:
-
-
-

12- Faixa de vencimentos líquidos mensais como professor incluindo todas as atividades com vínculo empregatício:

- Menos de R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 1.000,00 e R\$1.499,00
- Entre R\$ 1.500,00 e R\$ 1.999,00
- Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.499,00
- Entre R\$ 2.500,00 e R\$ 2.999,00
- Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 3.499,00
- Entre R\$ 3.500,00 e R\$ 3.999,00
- Entre R\$ 4.000,00 e R\$ 4.999,00
- Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.499,00
- Entre R\$ 7.500,00 e R\$ 9.999,00
- Mais de R\$ 10.000,00

13- Considera o seu salário suficiente para satisfazer suas necessidades e lhe fazer sentir-se seguro financeiramente?:

- Sim
- Não

14- Como você avalia sua condição de moradia?:

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Insuficiente

15- Como você avalia suas condições de meio de transporte?:

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Insuficiente

16- Tem acesso aos serviços de saúde?:

- Sim, particulares e satisfazem minhas necessidades
- Sim, particulares e não satisfazem minhas necessidades
- Sim, convênios e satisfazem minhas necessidades
- Sim, convênios e não satisfazem minhas necessidades
- Sim, rede pública e satisfazem minhas necessidades
- Sim, rede pública e não satisfazem minhas necessidades
- Não tenho acesso à serviços de saúde

PARTE II – SAÚDE OCUPACIONAL DO PROFESSOR

17- Goza de perfeito estado de saúde física e mental?:

() Sim

() Não

18- Como você avalia a sua saúde?:

() Excelente

() Muito boa

() Boa

() Regular

() Péssima

19- Passa por avaliação médica assistencial, excetuando a avaliação médica ocupacional obrigatória:

() Frequentemente

() Eventualmente

() Raramente

() Nunca necessitei de avaliação médica assistencial

20- Sua alimentação é saudável, equilibrada, composta dos principais nutrientes?:

() Sim

() Não

21- Pratica atividade física?:

() Sim, diariamente

() Sim, duas a três vezes por semana.

() Sim, uma vez por semana

() Eventualmente, com intervalos superiores a 7 dias

() Não pratico atividade física

22- Não pratica atividade física porque (pode ser assinalado mais de uma justificativa):

- Não gosto
- Não considero importante ou necessário
- Não disponho de tempo para praticar
- Tenho limitações físicas ou mentais que dificultam a prática regular de atividade física
- Gosto, disponho de tempo, considero importante, mas não consigo porque me sinto esgotado, estressado, fadigado, desmotivado
- Pratico atividade física e já opinei na pergunta anterior

23- Possui atividades de lazer, passeios, viagens, entretenimento, leituras de interesse ou outras práticas?:

- Sim, com frequência
- Sim, eventualmente
- Não disponho de tempo para lazer
- Não me permito ao lazer

24- Como você avalia a sua qualidade de vida:

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Insuficiente

25- Como você avalia sua satisfação pessoal:

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Insuficiente

26- Como você avalia sua satisfação sexual:

- Excelente

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Insuficiente

27- Dorme quantas horas ao dia?:

- Menos de 4:00 horas ao dia
- Entre 4:00 horas e 4:59 horas ao dia
- Entre 5:00 horas e 5:59 horas ao dia
- Entre 6:00 horas e 6:59 horas ao dia
- Entre 07:00 horas e 07:59 horas ao dia
- Mais de 08:00 horas ao dia

28- Necessita de medicamentos para indução do sono?:

- Sim, diariamente
- Sim, eventualmente
- Não

29- Faz uso de outros medicamentos?:

- Sim, diariamente
- Sim, eventualmente
- Não

Poderia identificá-los?: _____

30- É portador de alguma doença?: (pode ser assinalado mais de uma patologia).

- Infecciosa
- Neoplásica
- Hematológica
- Endócrina
- Psiquiátrica
- Neurológica

- () Oftalmológica
- () Otorrinolaringológica:
- () Cardiocirculatória
- () Pneumológica
- () Gastroenterológica
- () Dermatológica
- () Ortopédica
- () Genito-urinária
- () Imunológica
- () Outras patologias: _____

() Não sou portador de doenças

Poderia descrever sobre sua(s)doença(s) acima assinalada(s)?:

31- Possui alguns desses transtornos diagnosticados por seu médico?:(pode ser assinalado mais de um item).

- () Transtorno bipolar
- () Depressão
- () Síndrome de pânico
- () Transtorno de humor
- () Transtorno de adaptação
- () Transtorno obsessivo
- () Transtorno de ansiedade
- () Outros transtornos psiquiátricos
- () Não possuo nenhum desses transtornos

32- Apresenta alguns dos seguintes sintomas?: (pode ser assinalado mais de um item).

- () Fadiga
- () Tristeza
- () Angústia
- () Tremores
- () Inquietação
- () Tensão
- () Cefaleia
- () Vertigem
- () Falta de apetite
- () Mau humor
- () Ansiedade
- () Fobias
- () Desespero
- () Depressão
- () Esgotamento ou exaustão profissional
- () Desgaste emocional
- () Diminuição do envolvimento no trabalho
- () Perda da iniciativa
- () Baixa produtividade
- () Insensibilidade
- () Isolamento social
- () Sentimento de diminuição de competência e de sucesso no trabalho
- () Perda gradativa de entusiasmo
- () Dificuldade ou falta de concentração
- () Indisposição
- () Desinteresse pelo trabalho
- () Insatisfação com o trabalho
- () Sensação de tédio
- () Irritabilidade
- () Alterações de humor
- () Manifestações de agressividade
- () Perda do autocontrole emocional

- Comportamento antissocial
- Incompatibilidade
- Ideações recorrentes
- Sentimento de distanciamento ou estranhamento de si próprio
- Comprometimento do funcionamento mental apresentando delírios, alucinações, confusão e comprometimento da memória.
- Comprometimento grave do funcionamento social e pessoal, caracterizado por retraimento social e incapacidade para desempenhar as tarefas e papéis habituais.
- Conduta de evitação de pessoas, de lugares ou de atividades
- Não possuo nenhum desses sintomas

33- Já sofreu algum acidente de qualquer espécie que tenha lhe deixado com alguma seqüela?:

- Não
 - Sim
 - Poderia descrever sobre suas seqüelas?: _____
-
-

34- Como você avalia a sua carga de trabalho?:

- Exhaustiva e insuportável
- Exhaustiva, mas suportável por enquanto
- Tolerável, mas desagradável, desmotivadora
- Tolerável, mas tenho esperanças de melhoria
- Satisfatória, mas tenho esperanças de melhoria
- Satisfatória e suficiente, sem necessidade de mudanças
- Muito boa, mas poderia ser ainda melhor
- Excelente, sem necessidade de mudanças

35- Você está satisfeito com a sua disposição ao trabalho?:

- Sim, totalmente
- Alterno com frequência a minha disposição ao trabalho, mas sou otimista e normalmente procuro buscar minha satisfação pessoal no trabalho mesmo

que os caminhos sejam árduos.

Não tenho disposição ao trabalho, não estou satisfeito, não vejo perspectivas de melhoria e não consigo ter forças para reverter isso.

Não tenho disposição ao trabalho, não estou satisfeito, não vejo perspectivas de melhoria e estou pensando em mudar de profissão.

36- Você recebe o apoio e informações que necessita no seu trabalho?: (pode ser assinalado mais de um item).

:

Sim, totalmente (100%)

Sim, frequentemente (70- 99%)

Sim, eventualmente (35-69%)

Raramente (Menos de 35%)

Não recebo apoio no meu trabalho

Não recebo informações no meu trabalho

37- Como você se relaciona com as outras pessoas?:

Tenho facilidade

Me considero reservado mas socialmente estável

Evito me relacionar com as outras pessoas, seja no trabalho ou fora dele

Evito apenas as pessoas fora do trabalho

Evito apenas as pessoas do meu trabalho

38- Já sofreu algumas das seguintes situações de assédio psicológico ou *mobbing* no trabalho?:(pode ser assinalado mais de um item).

Críticas

Comentários negativos

Disseminação de rumores

Ridicularização da pessoa

Isolamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas

Nunca sofri assédio ou *mobbing* no meu trabalho

39- Considera-se um professor estressado psicologicamente?:

Sim, intensamente.

- () Sim, frequentemente
- () Sim, eventualmente
- () Não me considero estressado

40- Em decorrência do estresse ocupacional já se deparou com quais das seguintes situações?: (pode ser assinalado mais de um item).

- () Afastamento do trabalho inferior a 15 dias
- () Afastamento do trabalho superior a 15 dias
- () Pedido de demissão ou exoneração
- () Reação grave ao estresse
- () Drogadição
- () Alcoolismo
- () Distúrbios do sono
- () Tabagismo
- () Consumo de cafeína
- () Somatização (desenvolvimento de doenças)
- () Conflitos familiares
- () Conflitos conjugais
- () Nunca sofreu estresse ocupacional

41- Preocupa-se ou está envolvido com as seguintes questões no trabalho?: (pode ser assinalado mais de um item).

- () Condições de trabalho
- () Organização do trabalho
- () Mudanças organizacionais
- () Horário de trabalho
- () Ritmo de trabalho
- () Exposição contínua à estressores emocionais
- () Exposição contínua à estressores interpessoais crônicos
- () Emprego e desemprego
- () Futuro no emprego
- () Demissões
- () Dispensas temporárias
- () Enxugamento de pessoal

- () Decepções sucessivas frente à frustrações no trabalho
- () Insatisfação com o trabalho
- () Competição
- () Conflito de papéis
- () Pressão
- () Estilo de gestão
- () Cultura organizacional
- () Remuneração do rendimento
- () Não me preocupo e não estou envolvido com nenhuma dessas questões no trabalho

42- Sente-se vulnerável ao ambiente de trabalho pelos seguintes fatores pessoais?: (pode ser assinalado mais de um item).

- () Características da personalidade
- () Baixa autoestima
- () Dificuldade de enfrentamento
- () Aspectos comportamentais
- () Outros transtornos psicológicos ou psiquiátricos
- () Não me sinto vulnerável ao ambiente de trabalho

PARTE III – SAÚDE OCUPACIONAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR

43- Já enfrentou ou presenciou as seguintes situações de violência no trabalho?: (pode ser assinalado mais de um item).

- Agressões psicológicas
- Violência ou agressão física ou verbal
- Intimidação
- Coação
- Perseguição
- Tortura
- Terror
- Homicídio, morte violenta
- Suicídio
- Latrocínio
- Furto
- Assalto a mão armada
- Violência sexual
- Desastres
- Acidentes no trabalho
- Bullying*
- Nunca enfrentei ou presenciei situações de violência no trabalho
- Enfrentei ou presenciei outras formas de violência:

44- Já enfrentou situações de violência escolar nesta instituição na qual você trabalha?

- Sim, frequentemente ou até mesmo diariamente
- Sim, eventualmente ou até mesmo semanalmente
- Sim, raramente ou até mesmo duas vezes ao mês
- Sim, muito raramente ou até mesmo uma ou duas vezes ao ano
- Nunca enfrentei ou presenciei violência escolar nesta instituição de trabalho

45- O que a violência escolar traz para você, mesmo que não ocorra em sua instituição?: (pode ser assinalado mais de um item).

- Preocupação e disposição a ajudar a reverter essa situação
- Preocupação e sensação de impotência para ajudar a reverter essa situação
- Muito medo e insegurança
- Indignação, frustração, desânimo, desmotivação
- Sou indiferente à essa questão porque considero ser de responsabilidade da instituição e das famílias dos alunos
- Não recebo o suficiente para me dedicar também a esse problema
- Vejo como uma questão multissetorial a ser discutida com bastante zelo e dedicação visando atitudes, metas e estabelecimento de prioridades a curto prazo
- Não convivo com violência escolar

46- O que a violência escolar tem trazido para a sua saúde?: (pode ser assinalado mais de um item).

- Estresse
- Distúrbio do sono
- Oscilação de humor
- Fobias
- Pânico
- Falta de sensação de prazer
- Debilidade de memória
- Dificuldade de concentração
- Dificuldade de atenção
- Prejuízo no senso crítico
- Desânimo
- Falta de vontade em executar tarefas
- Desejo de morte
- Desinteresse pela vida
- Ideação ou tentativa de morte
- Indiferença
- Insegurança

RELATÓRIO GERAL
DO
LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFESSORES
FACE À
VIOLÊNCIA ESCOLAR

O presente relatório foi elaborado com a finalidade de sintetizar os principais aspectos relacionados ao levantamento de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Será abordada a frequência da violência escolar nesta instituição, as repercussões do tema no trabalho, bem como a condição e a organização do trabalho dessa instituição. Poderá ser útil para embasar diretrizes, orientar pesquisas, fornecer estatísticas, permitir sugestões, favorecer atitudes e metas pelas organizações diretas ou indiretas, interdisciplinares, multissetoriais e intersetoriais, entre outras possibilidades, em prol dessa categoria profissional fragilizada e vulnerável. Salientamos que o mesmo ficará invalidado na presença de rasuras ou de preenchimento parcial.

Após exaustiva avaliação desse trabalho, observamos que essa ou nessa instituição:

1- O corpo docente enfrenta ou se depara com situações de violência escolar:

() Frequentemente

() Eventualmente

() Raramente

() Não enfrenta ou não se depara com situações de violência escolar

2- Quanto à violência escolar, o corpo docente:

() Não considerou o tema preocupante ou capaz de influenciar no seu respectivo plano de trabalho e na sua saúde

() Considerou o tema preocupante, capaz de influenciar no seu respectivo plano de trabalho e na sua saúde, pede atenção especial e intervenção precoce da administração direta, indireta, dos representantes legais e do governo em qualquer nível

3- Quanto à gravidade em relação à violência escolar:

- O corpo docente sente-se desprotegido e vive uma situação crítica, periculosa
- O corpo docente sente-se parcialmente protegido e vive uma situação delicada, ameaçadora
- O corpo docente sente-se protegido e vive uma situação não crítica, tolerável
- O corpo docente sente-se protegido e vive uma situação estável, equilibrada

4- Quanto às sugestões em relação ao tema, o corpo docente desta instituição:

- Se sentiu capaz para sugestões, levantou possibilidades e sentiu a necessidade de ser ouvido
- Se sentiu capaz para sugestões, levantou possibilidades e não acredita que será ouvido
- Não se sentiu capaz para sugestões, não levantou possibilidades e não deseja ser ouvido

5- O corpo docente apresenta-se com:

- Excelentes condições de trabalho
- Boas condições de trabalho
- Regulares condições de trabalho
- Insuficientes condições de trabalho

6- O corpo docente desta instituição:

- Vive uma situação de trabalho estável, otimista, favorável, saudável
- Vive uma situação de trabalho oscilante, insegura, pouco favorável, com possibilidade de desencadear doenças
- Vive uma situação de trabalho instável, pessimista, desfavorável e infelizmente doentia

**RELATÓRIO ESPECÍFICO
DO
LEVANTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL
DOS PROFESSORES
FACE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

O presente relatório destina-se ao Coordenador do PCMSO da Instituição abaixo identificada e de sua equipe de Medicina do Trabalho dentro dos princípios éticos da medicina e dotado de profundo respeito a esta classe profissional. Foi elaborado com a finalidade de rastrear a saúde ocupacional dos professores face à violência escolar. Será abordado sobre a necessidade do apoio institucional ao SESMT, sobre a necessidade ou não de medidas extraordinárias ao PCMSO, sobre a necessidade ou não do envolvimento de outras especialidades médicas e sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e nos programas de saúde ocupacional específicos. Será ainda oferecido um espaço ao coordenador médico do PCMSO para sugestões neste relatório.

Salientamos que o mesmo ficará invalidado na presença de rasuras ou de preenchimento parcial.

Após exaustiva avaliação desse trabalho, observamos que essa ou nessa instituição:

1- O SESMT:

- () Realiza trabalho coordenado, eficiente, multidisciplinar e suficiente para atender a questão de saúde ocupacional dos professores face à violência escolar
- () Necessita do apoio da instituição para readequar metas do SESMT em prol da melhoria da saúde ocupacional dos professores

2- O corpo docente:

- () Na sua grande maioria goza de boas condições de saúde e não necessita de medidas extraordinárias ao PCMSO
- () Em algum percentual demonstra presença de determinadas patologias

que poderiam estar relacionadas à questão da violência escolar e merecem portanto atenção e análise mais profunda

() Na sua grande maioria apresenta condições delicadas de saúde, muito provavelmente relacionadas à violência escolar e necessita de um trabalho extraordinário em relação ao PCMSO

() Na sua grande maioria apresenta condições delicadas de saúde, muito provavelmente **não** relacionadas à violência escolar e necessita de um trabalho extraordinário em relação ao PCMSO

3- Quanto ao trabalho extraordinário do PCMSO sugerimos que:

() Seria prudente que a coordenação deste PCMSO contasse com o parecer de outros médicos especialistas para identificar doenças relacionadas ao trabalho, tendo em vista o grau de complexidade e suas implicações

() Tendo em vista os dados levantados, a coordenação deste PCMSO necessita apenas rever alguns aspectos relacionados ao PCMSO para a devida adequação

4- Quanto às condições e organizações de trabalho:

() Preenche todos os requisitos previstos das Normas Reguladoras ou mesmo dos programas específicos incluindo aspectos psicossociais e psicoemocionais relacionados à violência escolar.

() Necessitam do apoio institucional para rever alguns aspectos relacionados às normas regulamentadoras e programas específicos

5- Deixamos a critério dessa coordenação do PCMSO que expresse o seu parecer conjuntamente:

6 CONCLUSÃO

De acordo com a Norma Regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho, (Manual de Legislação Atlas de Segurança e Medicina do Trabalho (2010, p.17), as empresas privadas e públicas da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT – manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

Não trata a Medicina do Trabalho de opinar a respeito da educação em si, mas trata a Medicina do Trabalho de proteger e promover a saúde dos empregados da educação, dentre eles, do professor, juntamente com as equipes de Segurança do Trabalho. A educação seja ela infantil ou pós-graduação, de esportes, de arte ou de idiomas, tem grau de risco 2 de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE da Norma Regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho (Manual de Legislação Atlas de Segurança e Medicina do Trabalho (2010, p. 48-49).

Para Saltini (2002), os professores deveriam entender tanto de seres humanos e de amor quanto de conteúdos e técnicas educativas. Sendo assim, poderiam acolher seus alunos como seres imperfeitos e servir para eles como um continente, de modo que, diante de seus conflitos pudessem se amparar e ser aceitos e, assim, superar, ao menos em parte, suas problemáticas.

Muito se falou em buscar melhorias no professor, na forma como ele deveria lidar com as questões na sala de aula, na escola, com os demais colegas de trabalho, com a direção, com a família, com a vila ou o bairro, com a mídia. Mas observamos que o nível de exigência que se busca nesse professor, a expectativa do seu eu, do seu corpo, da sua mente, do seu trabalho, pode estar sendo muito além de sua capacidade e isso poderá trazer reflexos e implicações sérias, tanto físicas quanto mentais.

Não está regulamentado no Ministério do Trabalho, através de suas normas, nenhum tópico que avalie ou que controle esse nível de exigência e suas repercussões. Existem algumas escalas de avaliações ou questionários ou inventários como já citados, que auxiliam em determinadas graduações, mas eles

não fazem parte de Normas Regulamentadoras ou de diretrizes oficiais. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho estão inseridas no capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho (Manual de Legislação Atlas de Segurança e Medicina do Trabalho, 2010, p. 9). São, portanto, específicas às contratações CLT. Já aos empregados estatutários cumpre analisar seus próprios regimes de vínculo, ou seja, embora todos nós estejamos sujeitos às leis constitucionais e penais, estamos divididos conforme o regime jurídico aplicável, seja celetista ou estatutário, mesmo que o trabalho em si, seja o mesmo, com suas exigências e implicações.

A Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho que trata da Ergonomia (Manual de Legislação Atlas de Segurança e Medicina do Trabalho, 2010, p. 236), visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho.

Diversas vezes enfatizei este tópico nesse trabalho, justamente com a intenção de valorizar o sentido que essas palavras trazem ao tema proposto, embora não seja o mesmo sentido que a própria norma estabeleça, pois ela trata do maquinário, dos equipamentos, do conforto auditivo, das avaliações ergonômicas do posto de trabalho, da iluminação adequada, do ritmo de trabalho, do conteúdo das tarefas, do modo operatório das tarefas, da umidade do ar, da postura, da bancada de trabalho, enfim de inúmeras questões relativas às condições de trabalho visando esses aspectos.

Mas quem ou como se trataria as condições de trabalho, a organização do trabalho, as características psicofisiológicas dos professores, de modo a proporcionar-lhes conforto, segurança e desempenho eficiente? De que forma seria possível conciliar conforto com exigência, segurança com violência, desempenho com desorganização no trabalho, adaptação ao trabalho sem haver qualidade de vida no trabalho?

Quais as repercussões disso na saúde desse trabalhador, do professor? Quais as implicações legais do descaso? A quem se atribui responsabilidades? Ao proprietário da escola? Ao governo Federal? Estadual? Municipal? Quais os reflexos no desenvolvimento do nosso país? E quando eles aparecerão? Como está esse aluno quanto à sua saúde?

Como estão os equipamentos em sala de aula ou dentro da escola? São

seguros? Oferecem riscos? Existe hoje necessidade de o professor contar com mais um auxiliar na sala de aula? De qual categoria? É justo o professor não conseguir desempenhar suas atividades por falta de organização no ambiente de trabalho? Isso lhe traz saúde e segurança?

Seria bom que os professores participassem da formulação desses questionamentos. Nesta abordagem não lidamos com peças, com maquinário, com linha de produção. Lidamos com gente, com pessoas, com o ser humano, com as famílias, com a comunidade.

Pode um professor estar apto para a sua jornada de trabalho, com o objetivo de atingir suas metas de ensino, precisando antes de tudo estar suficientemente preparado para lidar com possíveis desorganizações no seu ambiente de trabalho, com violência dentro do seu espaço de trabalho, com riscos de qualquer espécie, desprotegido, sem amparo, sem voz, no silêncio? Até quando?

Urge medidas de levantamento, avaliação e conduta para não nos surpreendermos futuramente com uma classe profissional adoecida. É preciso sim alguma atitude. É preciso que as autoridades estejam alertas em relação à saúde do professor no atual contexto.

MOTION FOR OCCUPATIONAL HEALTH SURVEY OF TEACHERS FACE OF SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT - This study deals with the occupational health of the teacher in the face of school violence situations you face today. Whether he is teaching in public schools or private high school, elementary or superior, to a lesser or greater degree, the teacher is subject to various factors that compromise their physical and mental health. Because it is a professional category important to society, the concern is really how to find health and quality of life of teachers, today, emerged. In order to achieve this goal was elaborated Protocol occupational health survey of school teachers from violence directed interviews containing that later will be used by researchers to infer the health of the participating teachers. Meanwhile, a review of the literature, talked about some issues are relevant and important to support and thus justify the need to pay attention to this important health profession. Thus, presented an overview of the context of school violence then about occupational health. Following brief presented on the implications of medico-legal and welfare of work-related diseases and finally elaborated a survey of the occupational health of school teachers from violence by the Protocol. This work is a priority to present the various documents that make up the protocol whose purpose is to become an effective tool that can help promote health and protect the integrity of the teacher in the workplace.

Keywords: Teacher. Violence. School. Occupational Health. Occupational Medicine.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL. Segurança e Medicina do Trabalho. **Manual de Legislação**. São Paulo: Editora Atlas, 66ª edição, 2010.

BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho**. Brasília: Editora MS, Ministério da Saúde, 2001.

CALHAU, L. B. **Bullying, o que você precisa saber**. Niterói: Editora Impetus. 2ª edição, 2010.

CAMARGO, D. A.; CAETANO, D.; GUIMARÃES, L. A. M. **Psiquiatria ocupacional: aspectos conceituais, diagnósticos e periciais dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho**. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

LAUTERT, L. **O desgaste profissional do enfermeiro**. Tese de doutorado. Universidade Pontifícia de Salamanca, Espanha, 1995. Disponível em PDF.

LECH, M. B. **Agressão na escola: como entender e lidar com essa questão**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

MÁSCULO, F. S.; VIDAL, M. C. **Ergonomia: trabalho adequado e eficiente**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2011.

MASDEVALL, M. T. G.; COSTA, V. M. I.; PARETAS, M. G. S. I. **Propostas de intervenção na sala de aula**. São Paulo: Traduzido pela Madras Editora Ltda., 2003.

MASLACH, C. **Burnout**. In: Madrid: OIT 1998.

SALTINI, C. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHILLING, F. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

SILVA, J.A.R.O. **A saúde do trabalhador como um direito humano**. São Paulo: LTr Editora Ltda., 2008.

VADE MECUM. São Paulo, Editora Saraiva, 13ª ed., 2012..

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

Professor universitário é preso sob a suspeita de matar aluna no DF 10/2011 – disponível em:

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/10/professor-mata-aluna-tiros-no-df.html> acesso em junho de 2012.

- Aluno de 10 anos atira em professora dentro da escola em São Caetano, SP 09/2011 – disponível em:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/aluno-atira-em-professora-dentro-da-sala-de-aula-no-abc.html> acesso em junho de 2012.

-Professora apanha de aluno após reclamar de celular 09/2011 – disponível em:

<http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u979027.shtml> acesso em junho de 2012.

-Professora é agredida por mãe de aluna em SP 06/2011 – disponível em:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/professora-e-agredida-por-mae-de-aluna-em-sp.html> acesso em junho de 2012.

- Violência dos alunos provoca stress pós-traumático em professores 05/2011 disponível em:

<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/05/violencia-dos-alunos-provoca-stress-pos-traumatico-em-professores.html> acesso em junho de 2012.

Outros assuntos – disponível em:

<http://www.saudedoprofessor.com.br> acesso em junho de 2012.

Agradeço a Deus, ao meu esposo Paul, aos meus filhos Karin Bergit e Paul Joseph, aos meus familiares, ao meu orientador Paulo Rogério Arnt e aos co-orientadores Elizabeth Cristina Bürgel pela revisão de texto e Paul Joseph Jakobi, advogado, pela revisão jurídica das legislações, pela oportunidade desse trabalho, pela atenção, dedicação e respeito.

Ofereço esse trabalho a todos os professores do nosso Brasil.